

MOBILIDADE URBANA

Cenário, gestão e a nova lógica de planejamento do trânsito e da circulação nas cidades

22

PLANO DE EDUCAÇÃO

As deficiências do Plano Nacional de Educação e as demandas por regulamentação do setor privado

27

FILANTROPIA

Legislação exige transparência na gestão de benefícios fiscais pelas instituições privadas de educação

39

SALÁRIOS

Disparidades das políticas salariais dos professores nos setores público e privado, seus reflexos na valorização docente e na qualidade do ensino e os planos de carreira

12

textual

AGOSTO 2011 | VOL 2 | Nº 14

REVISTA

ISSN 1677-9126

SINDICATO DOS PROFESSORES DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL • SINPRO/RS



Armas de fogo e Segurança Pública

Textual / Sindicato dos Professores do Estado do Rio Grande do Sul.

v.2, n.14 (agosto/2011). – Porto Alegre: Sinpro/RS, 2011.

v.: 22x26 cm

Semestral

ISSN 1677-9126

11. Educação-periódicos 2. Ensino privado-periódicos I.

Sindicato dos Professores do Estado do Rio Grande do Sul

CDU: 37(05)

Bibliotecária responsável: Melissa Martins CRB10/1380

Indexada ao CIBEC/INEP - Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais

SINPRO/RS
Sindicato Cidadão
www.sinprors.org.br

Sindicato dos Professores do Estado do Rio Grande do Sul

Fundado em maio de 1938, o Sindicato dos Professores do Ensino Privado do Rio Grande do Sul – Sinpro/RS – foi o primeiro sindicato de professores do estado. Pioneiro em adotar o conceito Sindicato Cidadão, no início dos anos 90 passou a atuar sob o trinômio Luta, Serviço e Cidadania. No mesmo período, adotou o Sistema de Direção Colegiada. O Sinpro/RS representa mais de 30 mil professores do ensino privado gaúcho, atuantes em 2 mil instituições de ensino.

Entre as principais conquistas estão: piso salarial, adicional por tempo de serviço, adicional por aprimoramento acadêmico, pagamento de horas extras, plano de saúde e estabilidade do aposentando – cláusulas normatizadas anualmente pela Convenção Coletiva de Trabalho. Além de apoiar diversas iniciativas culturais, o Sinpro/RS também se destaca pela publicação do jornal Extra Classe (22 prêmios de jornalismo); pelo portal www.sinprors.org.br; pelo Prêmio Educação RS; pelo Fundo Rotativo de Apoio à Qualificação Docente (FAQ); pelo Núcleo de Apoio ao Professor Contra a Violência (NAP); e pela Revista Textual.

Direção Colegiada Estadual | Amarildo Pedro Cenci, Cecília Maria Martins Farias, Cássio Filipe Galvão Bessa, Angelo Estevão Prando, Marcos Júlio Fuhr, Sani Belfer Cardon, Celso Floriano Stefanoski, Glória Celeste Pires Bittencourt, João Luiz Stein Steinbach, Luiz Afonso Montini, Carlos Ricardo Pires Rossa, Suzana de Paula Rosa, Maximiliano Segala.
Conselho Fiscal (Titulares) | Fabiani Rios Stasinski, Paulo Renato Thiele, Varlei Machado Perez (Suplentes) | Rejani Maria Friedrich, Jairo Luis Cândido, Antônio Luiz Pinheiro.
Regional Passo Fundo | Renata Oliveira Cerutti, Cristiane Cauduro Langaro, Carlos Adriani Lara Schaeffer, Claudia Freires da

Silva, Magda Inês Luz Moreira. **Regional Bagé/Santana do Livramento** | Cármen Regina Schmidt Barbosa, Fernando Pereira de Menezes, Denise Oliveira da Costa. **Regional Pelotas** | Luiz Otávio Pinhatti, João Gilberto Mattos Giusti, Marcos Kammer. **Regional Santa Cruz do Sul** | Flávio Miguel Henn, Susana Margarita Speroni, Adriane Konzen, Carlos Daniel Schumacher da Rosa. **Regional Uruguaiana** | João Batista de Barros Minuzzi, Maria Lúcia Iserhard Schlittler. **Regional São Leopoldo** | Enécio da Silva, Otavio Afonso Forneck, Sirlei Teresinha Gedoz, André Lopes Portella, Fernando Luiz de Jesus Motta. **Regional Santo Ângelo** | Odir Francisco Dill

Ruckhaber, Ana Maria Grenzel Person, Carmem Anita Hoffmann. **Regional Santa Rosa** | Naima Marmitt Wadi, Carla Simone Sperling, Hedi Maria Luft. **Regional Lajeado** | Domingos Antônio Buffon, Claudio Darci Gressler, Justina Inês Faccini Lied. **Regional Santa Maria** | Maria Lúcia Coelho Corrêa, Jerônimo Siqueira Tybusch, Anahy Silveira Freitas Azambuja de Oliveira, Ricardo Paulo da Silva. **Regional Rio Grande** | Ivo Lamar de Souza Mota, Divino Fernando da Costa Lessa. **Regional Erechim** | Alcione Roberto Roani, Alexandra Ferronato Beatrice. **Regional Bento Gonçalves** | Márcia Anita Rossatto Marini, Daniela Torres Gonçalves, Magda Maria Colao.

expediente

A **Revista Textual** é uma publicação do Sindicato dos Professores do Estado do Rio Grande do Sul – Sinpro/RS. Avenida João Pessoa, 919 – Porto Alegre / RS – CEP 90040-000. Fones: (51) 4009.2900 – (51) 4009.2980. www.sinprors.org.br/textual – textual@sinprors.org.br. Impressão: Gráfica Coan. Tiragem: 4 mil exemplares.
Coordenação Geral | Valéria Ochôa | valeria.ochoa@sinprors.org.br. **Edição Executiva** | Gilson Camargo | gilson.camargo@sinprors.org.br. **Conselho Editorial** | Carlos Pires Rossa, Gilberto Ludwig, Hedi Maria Luft, Ieda Camargo, José Alberto Baldissera, Larry Antonio Wizniesky, Marcos Fuhr, Sirlei Teresinha Gedoz, Susana Margarita Speroni. **Revisão** | Clea Motti. **Fotografia** | Igor Sperotto. **Ilustrações** | Ricardo Machado. **Projeto Gráfico, Edição Gráfica e Editoração** | Rogério Nolasco Souza.

Os artigos assinados são de exclusiva responsabilidade de seus autores.

sumário



Capa | ensaio

Armas de fogo e
Segurança Pública 4

ensaio

Mobilidade urbana: cenário,
gestão e planejamento 22

artigo | o professor e o mundo da escola

A valorização do
professor: uma questão
de remuneração I 12

Por um meio ambiente
laboral saudável 33

artigo | dinâmica do meio educacional

O PNE e a regulamentação
do ensino privado 27

Filantropia e benefício
fiscal na educação 39

**A entrega de armas,
ainda que remunerada,
trabalha a rejeição
da sociedade às
armas de fogo**

editorial

Armas, mobilidade e os desafios da educação

Salvaguardado o direito de legítima defesa, nada sustenta o mito do “cidadão de bem”, armado, em contraposição à maioria da população, que não tem acesso aos serviços mínimos de segurança. Armas e segurança pública é o ensaio da capa desta edição da *Revista Textual*. Outro tema polêmico, prioritário na agenda de gestores públicos e presente no cotidiano dos cidadãos, a mobilidade urbana é abordado no segundo ensaio da edição.

Na editoria *O professor e o mundo da escola*, o panorama salarial do magistério no estado e as diretrizes do Ministério do Trabalho para a segurança no ambiente laboral dos professores. No primeiro, um paralelo entre as políticas salariais dos professores do setor público e do ensino privado, estabelecendo parâmetros de comparação de carreiras e analisando os critérios de valorização dos docentes. No artigo sobre a importância do cumprimento das Normas Regulamentadoras pelas instituições de ensino, a atuação do Ministério Público do Trabalho na garantia aos direitos fundamentais dos trabalhadores, entre os quais a proteção à vida e à integridade física e mental por meio da qualificação do ambiente laboral.

As contradições contidas no novo Plano Nacional de Educação e o seu distanciamento da realidade educacional do país são tema de artigo da editoria *Dinâmica do meio educacional*, que traz ainda uma avaliação sobre as alterações legislativas no regime de reconhecimento de entidades beneficentes de assistência social na área da educação.

Boa leitura

carta do leitor

Gostaria de parabenizar as autoras Cecília Farias e Roséli Cabistani pelo artigo *Violência contra o Professor*, publicado na 13ª edição da Revista Textual (maio de 2011). Tenho 35 anos de Magistério e não havia lido nada igual em termos de clareza, sensibilidade com a colocação das palavras e imensa percepção da realidade que nos cerca. Valeu... e muito.



Rodrigo Ghiringhelli de Azevedo

Doutor em Sociologia pela Ufrgs. Professor dos Programas de Pós-Graduação em Ciências Criminais e em Ciências Sociais e de Sociologia Jurídica e Criminologia da Faculdade de Direito da PUCRS.



Rodrigo Moraes de Oliveira

Mestre e Doutorando em Ciências Criminais pela PUCRS, Advogado e Professor de Direito Penal na Faculdade de Direito da PUCRS.

ensaio

A perspectiva de alguém que esteja de posse de uma arma atuar em legítima defesa no caso de um assalto é real ou meramente ilusória?

Armas de fogo e Segurança Pública

Palavras-chave: armas, desarmamento, violência, Segurança Pública, cidadania.

Resumo

Embora nos últimos anos o Brasil tenha registrado uma queda nas taxas de homicídio, o problema ainda persiste, vitimando em torno de 40.000 pessoas ao ano¹, a grande maioria delas por meio de armas de mão (revólveres e pistolas) fabricadas no Brasil. Também são altas as taxas de lesões provocadas por armas de fogo, que ocorrem muitas vezes por acidente ou em virtude de conflitos banais. Desde a aprovação do Estatuto do Desarmamento, em 2003, o Brasil possui uma das mais completas legislações de controle de armas do mundo. Mas como tantas outras leis em nosso país, faltam ainda os mecanismos institucionais e a vontade política para dar efetividade às suas previsões.

As recentes medidas adotadas para reforçar a entrega voluntária de armas contribuem para dar efetividade ao Estatuto. É evidente que a entrega voluntária da arma não iria ocorrer se não fosse garantido o anonimato daquele que o faz, assim como o pagamento do valor prometido pelo Estado de forma ágil, estimulando a ação voluntária. Além de viabilizar a retirada de armas de circulação, uma campanha como essa é importante por trabalhar a dimensão da conscientização e da rejeição da sociedade às armas de fogo. Ter uma arma de fogo não traz mais segurança. Ao contrário, aumenta o risco

de vitimização. Além disso, armas em circulação geram acidentes, mortes banais, brigas passionais com desfechos fatais e até massacres como o ocorrido recentemente na escola do bairro Realengo, no Rio de Janeiro. Cabe a nós, cidadãos, contribuir para retirar armas de circulação, e ao Estado incentivar a entrega voluntária e a destruição deste armamento, e atuar no combate ao comércio ilegal e no controle efetivo de armas no Brasil.

No entanto, quase dez anos depois da aprovação do Estatuto, ainda há quem duvide da importância do controle de armas para a

redução da violência, o que dificulta a implementação de políticas eficazes e que dependem também de uma mudança cultural. A seguir, apresentamos algumas evidências sobre a relação entre o acesso a armas de fogo e as taxas de homicídio, reforçando a necessidade de implementação de políticas de controle de armas no Brasil, de acordo com o previsto na Lei 10.826/2003.

A ideologia por trás do discurso pró-armas

Uma constante nos discursos pró-armas é a referência ao “cidadão de bem”, ao “bom pagador de impostos”, ao “pai de família” como aquele que estão querendo desarmar, enfim, aquele que estão querendo fragilizar diante dos “inimigos”, dos “marginais”, dos “criminosos”.

Todas estas abordagens emocionais partem de uma sectarização social típica dos atuais discursos autoritários expostos na Teoria das Janelas Quebradas², norte-americana, ou no Direito Penal do Inimigo³, alemão: como se em uma sociedade democrática se pudessem trabalhar desde um marco de apartheid social, como se fosse aceitável dividir as pessoas em “nós, os bons, dentro do edifício” e “eles, os maus, lá de fora, que teimam em nos agredir”.

Uma abordagem que pretenda extrair consequências úteis do ponto de vista social e jurídico, e não apenas para a questão das armas de fogo, deve partir sempre da realidade, não de esquemas artificiais e, porque não dizer, discriminatórios e estigmatizantes, como os acima referidos. E a realidade é que vivemos todos no mesmo país, e que os problemas, maciçamente de origem social, afligem a todos nós, em conjunto, e em especial àqueles que têm menores condições econômicas para assegurar o acesso a bens e direitos.

Portanto, desde o marco do Estado Democrático de Direito, e de postulados centrais como a garantia da igualdade, é que nasce a proposta de controle da comercialização e circulação de armas de fogo e munição, apresentada como estratégia que visa a beneficiar o conjunto da população brasileira, e que já tem demonstrado, desde a entrada em vigor do Estatuto, a sua eficácia para a redução das mortes intencionais.

A quem interessa a defesa das armas?

As três maiores fabricantes brasileiras de APPL – armas de pequeno porte leves –, faturaram em vendas, juntas, no ano de 2003, pratica-

1

WASELFISZ, Julio Jacobo. Mapa da Violência 2010. Anatomia dos homicídios no Brasil. Disponível em: <<http://www.sangari.com/midias/pdfs/MapaViolencia2010.pdf>>. Acesso em 20 de jun. de 2011.

2

Para a devida ampliação ver: WACQUANT, Loïc. *As Prisões da Miséria*. (Tradução André Telles) Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2001; e: COUTINHO, Jacinto Néelson de Miranda. e CARVALHO, Edward. *Teoria das Janelas Quebradas: e se a Pedra Vem de Dentro*. In *Revista de Estudos Criminais* nº 11/2003, pp. 23-29.

3

Para aprofundamento ver Jakobs, Günther. e Cancio Meliá, Manuel. *Direito Penal do Inimigo. Noções e Críticas*. (Organização e Tradução por André Luís Callegari e Nereu José Giacomolli), Porto Alegre: Ed. Livraria do Advogado, 2005.

4

Exatamente R\$309.794.000,00 (CBC: R\$163.240.000,00; Taurus: R\$117.830.000,00; e, Rossi: R\$28.724.000,00), conforme DREYFUS, Pablo. LESSING, Benjamin. PURCENA, Júlio César. *A Indústria Brasileira de armas leves de pequeno porte: Produção Legal e Comércio*. In FERNANDES, Rubem César (Organizador). *O Brasil [as armas e as vítimas]*. Rio de Janeiro: Ed. 7 Letras, 2005, p. 91.

5

Os dados estão disponíveis apenas para estas duas empresas: a Taurus, que é a maior fabricante de armas de pequeno porte no Brasil – é a única que fabrica revólveres hoje, pois adquiriu as operações de armas curtas da Rossi; e, a CBC, que detém o monopólio de fabricação de munição civil no país, e confecciona, em mínima escala, armas de caça e rifles (DREYFUS, Pablo. LESSING, Benjamin. PURCENA, Júlio César, op. cit., pp. 97-98 e 91-92).

mente 310 milhões de reais⁴. Sendo que este faturamento refere-se apenas à venda de APPL. As vendas de APPL para o mercado interno, no ano de 2003, foram de R\$26.180.900,00 (para a Taurus) e R\$44.074.800,00 (para a CBC)⁵.

O valor é expressivo em termos de motivação para estas empresas terem financiado uma verdadeira cruzada na legítima defesa dos seus faturamentos, contra a proibição do comércio interno destes produtos ao tempo do referendo popular sobre o tema, em 2005.

Da mesma forma, as referidas empresas têm contribuído financeiramente com campanhas eleitorais de parlamentares que formaram no Congresso Nacional a chamada “bancada da bala”, que não apenas levaram à frente a campanha pelo “não”, à época do referendo, como têm tentado, desde então, desconstituir, por meio da proposição de novos projetos de Lei, o Estatuto do Desarmamento. A aposta é compreensível, afinal a atuação de um congressista em defesa da liberalização do comércio de armas de fogo e munição, capaz de encaminhar proposições e interceder junto ao Poder Executivo para barrar políticas públicas de restrição ao armamento, pode ser mais valiosa do que um caminhão de dados estatísticos e argumentos científicos indicando a importância do controle de armas.

Interessante é também o fato de que, em que pese toda a orientação policial, no Brasil e no mundo, seja no sentido da não reação da vítima frente ao assaltante, e também no sentido de que não há vantagens, do ponto de vista da segurança pública, no acesso fácil ao armamento no mercado, boa parte dos policiais brasileiros atuaram à época do referendo na defesa do armamento, contrariando a melhor doutrina policial. É possível compreender esta postura pela prevalência de uma cultura policial antiquada e autoritária, mas que vem paulatinamente sendo confrontada com a modernização de práticas e a maior profissionalização dos policiais no período pós-ditadura.

A falácia do direito à legítima defesa

Um dos mais apaixonados argumentos apresentados em defesa das armas é o que sustenta que a arma confere segurança ao lar, garantindo que o morador, caso seja necessário, possa produzir a legítima defesa sua, de seus familiares e do seu patrimônio.

Sem negar a possibilidade de que alguém, de posse de uma arma, atue em legítima defesa com efetivo sucesso, o que desejamos discutir aqui é se essa perspectiva é real ou meramente ilusória.

Façamos um pequeno exercício, imaginando que alguém possui uma arma de fogo em casa para garantir sua autodefesa. A prudência recomenda que a arma esteja guardada em local de difícil acesso, a fim de evitar que caia em mãos de crianças e adolescentes da casa, ou mesmo de eventual familiar em momento de depressão. A mesma prudência também recomenda que a arma não seja guardada carregada. Alguém ainda mais prudente guardará a arma em um determinado local e a munição em outro, ambos de acesso difícil.

Agora imagine um assalto nesta residência. Qual a real chance do morador e proprietário da arma juntar as peças deste quebra-cabeça? Remota, com certeza. E se continuarmos raciocinando ao nível da normalidade, da vida como ela ocorre, não poderemos fugir da óbvia constatação de que, para além da dificuldade imposta pela prudência na guarda da arma, ainda é o dono da arma quem estará sendo surpreendido naquele instante.

Mas imaginemos ainda que, contrariando as mais elementares orientações, inclusive da polícia, de que não se deve reagir a assalto, o morador resolve pegar a sua arma e as balas, e que consegue carregá-la e empunhá-la: terá ele a disposição necessária para atirar noutro ser humano (que não se trata de um alvo, de um pedaço de papel)? Estará preparado para matar outra pessoa? Se estiver, quantas vezes ao ano este proprietário de uma arma pratica tiro? Nestas oportunidades, qual o seu grau de precisão? Em última análise, se estiver disposto a atirar, qual será o seu nível de habilidade com uma arma de fogo?

Ainda, vá lá, imaginemos que dito cidadão pratica tiro duas vezes ao mês e é um exímio atirador, qual será o seu estado de ânimo naquele exato instante? Estará calmo, equilibrado, ou eventualmente abalado, trêmulo, devido à descarga natural de adrenalina ocorrida?

Como podemos ver, a vida como ela é, e não como ela é representada no cinema, indica a baixíssima chance que alguém possui de utilizar a sua arma de fogo com sucesso no momento de um assalto, resultando que esta tentativa de defesa pode, com maciça probabilidade, terminar no homicídio do defendente e, não bastasse, no abastecimento dos autores do delito com mais uma arma para o uso criminal.

Nos EUA, os homicídios produzidos em legítima defesa não passam de 6% do total médio anual de mortes por arma de fogo. Percentual que, no fundo, é ainda bem menor que esse, se considerarmos que nos 6% estão incluídos os homicídios produzidos por policiais, que naturalmente devem predominar em números (a soma dos homicídios produzidos por ambas as causas, pois, resulta em 1920 mortos/ano – de um universo médio de 32 mil mortos/ano)⁶. Segundo outra fonte, do total

de mortes por arma de fogo nos EUA em 1999 apenas 1% corresponderam à rubrica intervenção legal (que agrupa os mortos por policiais e civis em atuação legítima), totalizando 299 mortos naquele ano⁷.

A verdade, pois, continua a mesma, e pode ser (re)comprovada em pesquisa realizada pelo ISER, que analisou, em março de 1998, 3.394 assaltos levados a registro na cidade do Rio de Janeiro, e concluiu:

‘Quando se reage com arma de fogo a um assalto igualmente realizado com arma de fogo, a chance de se morrer é 180 vezes maior do que quando não se reage. A possibilidade de se ficar ferido é 57 vezes maior do que quando não há reação’. É por isso, e não por preconceito contra a arma, que os especialistas em defesa aconselham a quem é atacado de surpresa com arma de fogo: ‘Em princípio não reaja’.⁸

Mas não é só, pois se a arma em casa não materializa segurança, o certo é que expõe a família a risco em uma perspectiva assustadoramente real. Em lugar do protagonismo de uma legítima defesa há possibilidade infinitamente maior de que a arma acabe, como já dissemos, nas mãos de uma criança, de um adolescente, de um familiar em crise depressiva e, daí, as consequências são previsíveis.

Por fim, e para pensar nesta perspectiva de pretensa segurança pela presença da arma em casa, pergunte-se sobre quantas legítimas defesas você já ouviu falar em comparação ao número de acidentes com arma de fogo ou de homicídios perpetrados por “pessoas de bem” de que você também teve notícia. A resposta certamente será no sentido da lembrança de um grande número de tragédias em face de um pequeno número, quem sabe até mesmo de nenhum registro, de autêntica legítima defesa ocorrida.

E para quem trabalha na Justiça Criminal isso fica ainda mais claro, pois são inúmeros os processos em que vemos os tais “cidadãos de bem” do discurso bélico como réus por homicídio perpetrado em discussões de trânsito, com o vizinho, com o cônjuge, com o filho, enfim, em situações em que, ausente o componente arma de fogo, o assassinato não teria ocorrido.

Portanto, já em uma perspectiva de custo benefício, podemos afirmar que enquanto alguns poucos irão conseguir defender-se legitimamente com arma de fogo, a esmagadora maioria não conseguirá, podendo perder a vida na oportunidade e alcançar mais uma arma para utilização em atividades criminosas. Nesta dimensão (real) a arma de fogo pode muitíssimo mais prejudicar do que auxiliar, confirmando como estratégia válida, adequada, as políticas de restrição ao porte e à posse de armas de fogo.

Do argumento do “erro do alvo”

Outra base de argumentação dos defensores das armas é de que a arma utilizada pelo crime é importada, é contrabandeada, enfim, não é a arma vendida nas lojas especializadas em todo o território nacional, de modo que o Estado está visando às armas erradas, as que não representam qualquer problema.

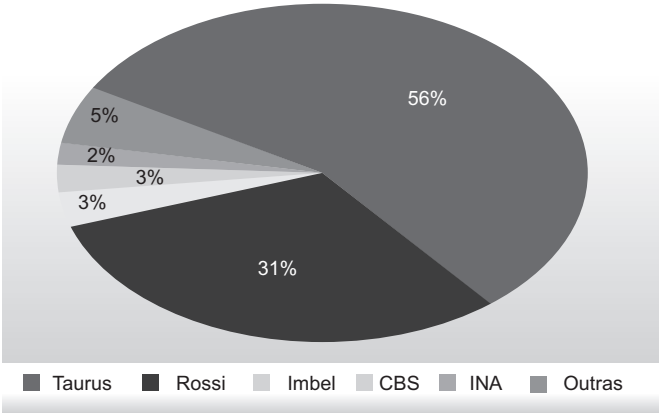
Para avaliar a assertiva pode-se tomar a situação do Rio de Janeiro, onde pesquisa promovida pela Secretaria de Segurança daquele Estado demonstra o caminho trilhado por 42.972 armas apreendidas em situações criminosas, entre 1999 e 2003.⁹

O quadro que segue revela a origem de fabricação das referidas armas, com percentagens e números absolutos:

Percebemos, então, que 86,7% das armas acauteladas com a Polícia do Estado do Rio de Janeiro são das marcas Taurus e Rossi, portanto nacionais. Podemos inferir mais ainda se tomarmos os dados deste outro gráfico¹⁰:

Armas brasileiras apreendidas no Estado do Rio de Janeiro por marca (1999-2003)

| Marca | Quantidade | Porcentagem |
|--------------|---------------|-------------|
| TAURUS | 24.142 | 56.2% |
| ROSSI | 13.109 | 30,5% |
| INA | 1.473 | 3,4% |
| IMBEL | 1.075 | 2,5% |
| CBC | 856 | 2,0% |
| CASTELO | 689 | 1,6% |
| BOITO | 630 | 1,5% |
| LERAP | 323 | 0,8% |
| URKO | 169 | 0,4% |
| CARAMURU | 118 | 0,3% |
| ITAJUBA | 99 | 0,2% |
| URU | 36 | 0,1% |
| BERETTA | 8 | 0,0% |
| CHAPINA | 5 | 0,0% |
| NÃO COSTA | 201 | 0,5% |
| OUTRA | 32 | 0,1% |
| TOTAL | 42.965 | 100% |



6
Ritsche. Daniel F. Ritsche. Daniel F. Regulation of Firearms in Wisconsin, p. 1. Disponível em: < <http://www.legis.state.wi.us/lrb/pubs/wb/00wb11.pdf>>. Acesso em: 24 de set. de 2005.

7
HOYERT, Donna L.. ARIAS, Elizabeth. SMITH, Betty L.. MURPHY, Sherry L.. KOCHANNEK, Kenneth D.. Deaths: Final Data for 1999. In National Vital Statistics Report, Vol. 49, nº 8, 21.09.2001, p. 10. Disponível em: <http://www.cdc.gov/nchs/data/nvsr/nvsr49/nvsr49_08.pdf>. Acesso em: 25 de set. de 2005.

8
BANDEIRA, Antônio Rangel. BURGOIS, Josephine. Armas de Fogo: Proteção ou Risco, p. 16. Disponível em: http://www.referendosim.com.br/publique/media/Livro_20Rangel_20versão_20resumida.pdf. Acesso em: 25 de set. de 2005).

9
Secretaria de Segurança do Estado do Rio de Janeiro. Dados sobre armas de fogo e granadas brasileiras apreendidas no Estado do Rio de Janeiro no período 1999-2003. Rio de Janeiro, julho/2003, p. 3. Disponível em: <<http://desarme.org/publique/media/Armas%20brasileiras%201999-003%20cor.pdf>>. Acesso em 25 de set. de 2005.

10
Secretaria de Segurança do Estado do Rio de Janeiro, op. cit, p.8

Armas brasileiras apreendidas, de cano curto e uso permitido, por marca – Rio de Janeiro (1999-2003)

| Marca | Quantidade | Porcentagem |
|--------------|---------------|-------------|
| TAURUS | 22.177 | 61.0% |
| ROSSI | 11.048 | 30,4% |
| INA | 1.429 | 3,9% |
| IMBEL | 785 | 2,2% |
| CASTELO | 686 | 1,9% |
| CARAMURU | 113 | 0,3% |
| BOITO | 44 | 0,1% |
| LERAP | 41 | 0,1% |
| CBC | 3 | 0,0% |
| ITAJUBA | 3 | 0,0% |
| URKO | 1 | 0,0% |
| OUTRA | 17 | 0,0% |
| NÃO CONSTA | 119 | 0,3% |
| TOTAL | 36.330 | 100% |

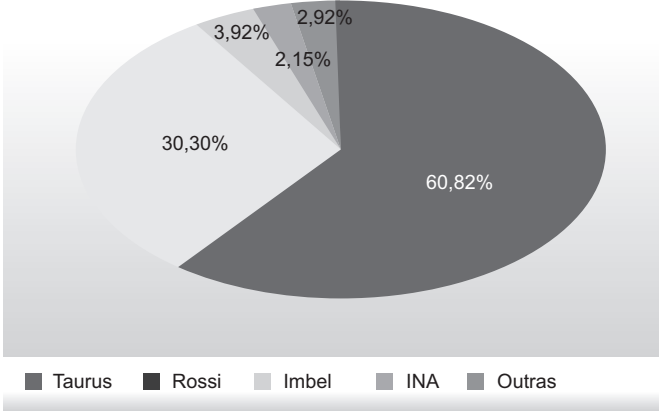


Foto: Stock.XCHNG



Pelo cruzamento de ambos os quadros percebemos que 91,86% das armas da marca Taurus apreendidas e 84,27% das pertencentes à marca Rossi, eram de cano curto e uso permitido.

O que nos remete à constatação de que as armas de uso permitido, comercializadas ainda hoje no Brasil, trilham um caminho bem definido, do lícito para o ilícito: são adquiridas legalmente, pelos “cidadãos de bem” e, em algum momento das suas existências, seja por perda, venda, furto, roubo, tentativa frustrada de legítima defesa, reintrodução criminosa no país pós-exportação regular, acabaram alimentando o mercado ilegal.

Em conclusão, as centenas de armas de fogo de uso permitido vendidas por ano no país são potenciais candidatas, mais cedo ou mais tarde, a cáirem na ilicitude e para o uso na prática de crimes, porquanto podemos afirmar que o comércio destas armas é o próprio centro do alvo, sendo perfeitamente compreensível a proposta de restringir a sua comercialização, tal como prevê o Estatuto do Desarmamento.

As estatísticas do terror

Enquanto no Brasil de 1979 registrou-se que 5.851 pessoas haviam sido assassinadas com arma de fogo, e que 790 tinham se suicidado

desta forma, em 2003 tivemos 37.606 assassinados e 1.383 suicídios, ou seja, houve um aumento de 542,7% no número de homicídios e 75% no número de suicídios, ambos, sublinhamos, com emprego de arma de fogo. No intervalo 1979-2003 ocorreram 550.028 mortes por arma de fogo no país¹¹.

Em 2002, das 38.088 mortes ocorridas por arma de fogo, 90% foram homicídios, 3,6% suicídios, 5,6% de intencionalidade desconhecida e 0,8% decorreram de acidentes¹².

Em 2003, as 39.284 mortes por arma de fogo ocuparam o terceiro lugar como causa mortis no Brasil, somente perdendo para doenças do coração e cerebrovasculares¹³. Entre os jovens, porém, que representaram 41,6% do número de mortos neste ano, trata-se da primeira causa de morte (de cada três jovens mortos, um o foi por arma de fogo)¹⁴.

A juventude é o alvo preferencial da morte por arma de fogo, sendo que, entre 1979 e 2003, das 550 mil mortes por armas de fogo, 205.722, isto é, 44,1%, foram jovens na faixa de 15 a 24 anos¹⁵. Nos anos de 2007 e 2008, em expressivo e chocante crescimento, 80% dos óbitos por arma de fogo vitimaram jovens entre 15 e 24 anos¹⁶.

Entre os jovens de 20 até 29 anos, os homens têm sete vezes mais chance de morrer vítimas de arma de fogo do que o restante da população, sendo que o risco de morte para esses jovens homens é 38 vezes maior que o da população feminina e 20 vezes superior quando comparado com a população feminina da mesma faixa etária¹⁷. Entre 2007 e 2008, 95% das mortes registradas foram de pessoas do sexo masculino¹⁸.

Quanto à raça, há uma linha de estabilidade na mortalidade de negros e de brancos por arma de fogo, enquanto observamos um aumento nas mortes por esta razão na população parda da ordem de 50,8% (no período 1997-2002)¹⁹.

Ao que tudo indica, o baixo grau de instrução também é um dado identificador da vítima da arma de fogo²⁰.

Enfim, o Brasil matou mais em dez anos do que se matou em 25 conflitos armados espalhados pelo globo²¹.

Em 2002 houve 19.519 internações hospitalares por lesões causadas por arma de fogo²², sendo que de cada quatro pessoas feridas atendidas três acabaram morrendo²³. Destes números percebemos a letalidade da lesão produzida por arma de fogo e o custo em matéria de saúde pública na tentativa de salvar estas pessoas feridas, e que, em 2002, foi da ordem de 140 milhões de reais²⁴.

Não há dados sobre o custo destas mortes e ferimentos em matéria de seguridade social (auxílio doença, aposentadoria por invalidez, pensão por morte, p. ex.), mas é justo deduzir que devem ser expressivos, a onerar ainda mais o nosso combalido INSS.

Em dados mais recentes, podemos ver que de 1999 até 2008 (um período de dez anos) foram registrados no Brasil 478.369 homicídios, dos quais 332.795 (quase 70%) foram cometidos com o uso de armas de fogo. Entre 1996 e 2008 houve um crescimento da ordem de 12% no número de homicídios por arma de fogo no país, sendo que, em 2008 – e em números não finais – já se tinha uma média de 95 homicídios por dia causados por arma de fogo²⁵.

Paralelamente a isso (e a despeito desse verdadeiro morticínio), ao observar os números referentes ao comércio de armas de fogo no Brasil, deparamos com a cifra estarrecedora de 70% de aumento dessas vendas em comparação com 2005 (ano do referendo)²⁶.

Na contramão: alternativas para a Segurança Pública no Brasil

De todos os argumentos utilizados para a defesa do armamento para a população civil, talvez o que mais tenha respaldo junto à opinião pública é o de que não se pode obrigar o cidadão a entregar suas armas se o Estado não assegura um nível de segurança adequado para todos. Precisamos, no entanto, ao invés de apostar na autodefesa, buscar alternativas para o enfrentamento da crise que assola os mecanismos de controle institucional da criminalidade.

Observando as taxas de encarceramento no Brasil, verificamos o enorme crescimento ocorrido na última década, que faz com que tenhamos hoje nos cárceres brasileiros mais de 500 mil presos²⁷ (no final dos anos 90 a população carcerária no Brasil estava em torno de 150 mil presos²⁸). Levando em conta os dados gerais do sistema carcerário, o que mais cresce é a utilização da prisão preventiva, ou seja, pessoas que estão presas sem uma condenação criminal e que representam hoje quase 43% do total de presos no país²⁹. O aumento das taxas de encarceramento, derivado de uma demanda punitiva que encontra respaldo no parlamento (criminalização primária), na atuação dos órgãos de segurança pública e justiça criminal (criminalização secundária), não surte o efeito esperado de queda da criminalidade, uma vez que a atuação do sistema penal é seletiva, atingindo apenas a base da cadeia criminal e reunindo nas prisões indivíduos que, pela sua vulnerabilidade social, são presas fáceis das facções criminais, que comandam o mercado das ilegalidades dentro e fora das prisões.



Foto: Stock.XCHNG

- 11
WAISELFISZ, Julio Jacobo. Mortes Matadas por Arma de Fogo no Brasil. 1979-2003. Brasília, junho de 2.005, p. 12. Disponível em: <<http://www.unesco.org.br/>>. Acesso em: 25 de set. de 2005.
- 12
PHEBO, Luciana. Impacto da arma de fogo na saúde da população do Brasil. In Fernandes, Rubem César (Coordenador). Brasil [as armas e as vítimas]. Rio de Janeiro: Ed. 7 Letras, 2005, p. 16.
- 13
WAISELFISZ, Julio Jacobo, op. cit., p. 17.
- 14
WAISELFISZ, Julio Jacobo, idem, p. 28.
- 15
WAISELFISZ, Julio Jacobo, idem, p. 11.
- 16
Cf. Homicídios por Armas de Fogo no Brasil. Taxas e números de vítimas antes e depois da Lei do Desarmamento. Disponível em: <<http://portal.cnm.org.br/sites/9000/9070/Estudos/SegurancaPublica/EstudoArmasdeFogo-CNM.pdf>>. Acesso em: 20 de jun. de 2011.
- 17
PHEBO, Luciana, op. cit., p. 27.
- 18
Cf. Homicídios por Armas de Fogo no Brasil. Taxas e números de vítimas antes e depois da Lei do Desarmamento. Disponível em: <<http://portal.cnm.org.br/sites/9000/9070/Estudos/SegurancaPublica/EstudoArmasdeFogo-CNM.pdf>>. Acesso em: 20 de jun. de 2011.
- 19
PHEBO, Luciana, idem, p. 29.
- 20
O único dado que encontramos é o referido por FERNANDES, Rubem César. Custo econômico, social e político da violência. Brasília, junho de 2003. Disponível em: <http://www.camara.gov.br/internet/Eventos/Sem_Conf_Realizados/2003/pdf/CustoEconSocPlitViolencia.pdf>. Acesso em: 25 de set. de 2005. Neste trabalho menciona um estudo de caso realizado em Resende / RJ, pelo ISER em conjunto com a Polícia Civil, e que informa que, dentre as vítimas de homicídio do período 1999-2002, 5% não tinha qualquer escolaridade, 12% tinham de um até três anos de estudo, 68% tinham de quatro até sete anos de estudo, 12% tinham de oito até 11 anos de estudo e 3% tinham 12 ou mais anos de estudo.
- 21
WAISELFISZ, Julio Jacobo, idem, p. 19.
- 22
PHEBO, Luciana, idem, p. 31.
- 23
PHEBO, Luciana, idem, p. 33.
- 24
PHEBO, Luciana, idem, p. 35.
- 25
Cf. Homicídios por Armas de Fogo no Brasil. Taxas e números de vítimas antes e depois da Lei do Desarmamento. Disponível em: <<http://portal.cnm.org.br/sites/9000/9070/Estudos/SegurancaPublica/EstudoArmasdeFogo-CNM.pdf>>. Acesso em: 20 de jun. de 2011.
- 26
Cf. Agência Brasil de Notícias. Comércio de Armas de Fogo Aumenta 70% desde Referendo de 2005. Disponível em: <<http://agenciabrasil.ebc.com.br/noticia/2010-07-11/comercio-de-armas-de-fogo-aumenta-70-no-brasil-desde-referendo-de-2005>>. Acesso em 20 de jun. de 2011. Observe-se, da mesma fonte e em maior detalhe, a evolução das vendas: "Os dados do Exército, que se referem às armas nacionais vendidas dentro do país, mostram a seguinte tendência: em 2001 foram vendidas 566,2 mil armas. Esse número caiu para 313,2 mil em 2002 e para 115,9 mil em 2003 (ano do estatuto), atingindo 63,6 mil no ano seguinte. Em 2005, o comércio começou a subir: 68 mil. A trajetória de crescimento se mantém até 2008, com 81,2 mil armas vendidas em 2006, 92,7 mil em 2007 e 133,7 mil em 2008. Em 2009, as vendas caem para 116,9 mil, ou seja, 70% a mais do que em 2005."
- 27
Em dezembro de 2010 o Ministério da Justiça já anunciava um efetivo prisional da ordem de 496.251 presos no Brasil (Disponível em: <<http://portal.mj.gov.br/senasp/data/Pages/MJD574E9CEITEMIDC37B2AE94C6840068B1624D28407509CPTBRNN.htm>>. Acesso em: 20 de jun. de 2011).
- 28
E, em dezembro de 2004, o Ministério da Justiça informava um total de 262.710 presos no país (Disponível em: <<http://portal.mj.gov.br/senasp/data/Pages/MJD574E9CEITEMIDC37B2AE94C6840068B1624D28407509CPTBRNN.htm>>. Acesso em 20 de jun. de 2011).
- 29
Como informava o Conselho Nacional de Justiça, em fevereiro de 2009. Disponível em: <http://www.cnj.jus.br/images/imprensa/apres_dr_erivaldo.pdf>. Acesso em: 20 de jun. de 2011.

Ano após ano, são elaborados planos, programas, projetos de segurança pública e direitos humanos incorporando todo o ideário presente na Constituição, e a situação permanece relativamente a mesma, o que nos remete à pergunta: por que a maioria dessas propostas fica no papel? Por que ano após ano, apesar do discurso oficial,

Foto: Roosevelt Pinheiro/ABR



continuam as chacinas, os homicídios, continuam todos os problemas que afetam o campo da segurança pública?

É inquestionável que isso tem relação com a nossa estrutura social, com a situação de desigualdade social que ainda marca a sociedade brasileira. Sem dúvida que essas questões estruturais têm um peso importante, mas quando se fala em segurança pública é possível sustentar também que as coisas poderiam ser diferentes, mesmo que não se produzissem mudanças estruturais na sociedade. Nós poderíamos avançar um pouco mais na área de segurança pública se algumas coisas fossem encaminhadas, se os mecanismos de gerenciamento das agências envolvidas com a segurança fossem melhor utilizados.

Mas, em primeiro lugar, o aperfeiçoamento gerencial e institucional não é tão simples, porque há diferenças entre os juízes, entre os promotores, entre os policiais, entre as pessoas que atuam nessa área: diferenças de concepção. Há, no interior das instituições, uma visão que é mais vinculada à ideia de que para haver segurança é preciso suprimir direitos, é preciso reduzir a margem de garantias individuais. Esta visão aparece, mais ou menos explícita, nas pesquisas que têm sido feitas com operadores do direito, e é perceptível no contato com

policiais civis e militares e agentes penitenciários, nos cursos de especialização em segurança pública promovidos por diversas universidades brasileiras em parceria com a Secretaria Nacional de Segurança Pública - SENASP. De um lado está o discurso republicano da garantia dos direitos humanos com segurança pública, mas de outro há ainda uma concepção que se conecta com parcelas importantes da opinião pública no Brasil, no sentido do endurecimento penal, de mais prisões, de presos em condições precárias, sem garantias individuais básicas. Discurso que se manifesta muitas vezes pela defesa da pena de morte, da redução da idade penal, dos direitos humanos só para “humanos direitos”, do livre acesso a armas para estes últimos, etc.

É preciso construir outro modelo de enfrentamento da violência e da criminalidade, tanto no plano do debate teórico e normativo quanto no dia a dia, no cotidiano. É preciso construir experiências concretas. A desconstrução do paradigma dominante ainda é uma tarefa necessária. Ainda é necessário mostrar a cada dia que apenas prender não resolve. Pelo contrário, cria novos problemas. Mas é preciso ir além. É preciso apresentar soluções. Esse é o grande desafio. É preciso pensar sobre as polícias. Não há democracia sem polícia democrática.

tica. É preciso avançar na construção de uma polícia para a democracia, que seja técnica e gerencialmente preparada, voltada para a resolução de problemas, capaz de coibir a violência imotivada, de combater a corrupção interna, porque só dessa forma a polícia será respeitada pelo cidadão.

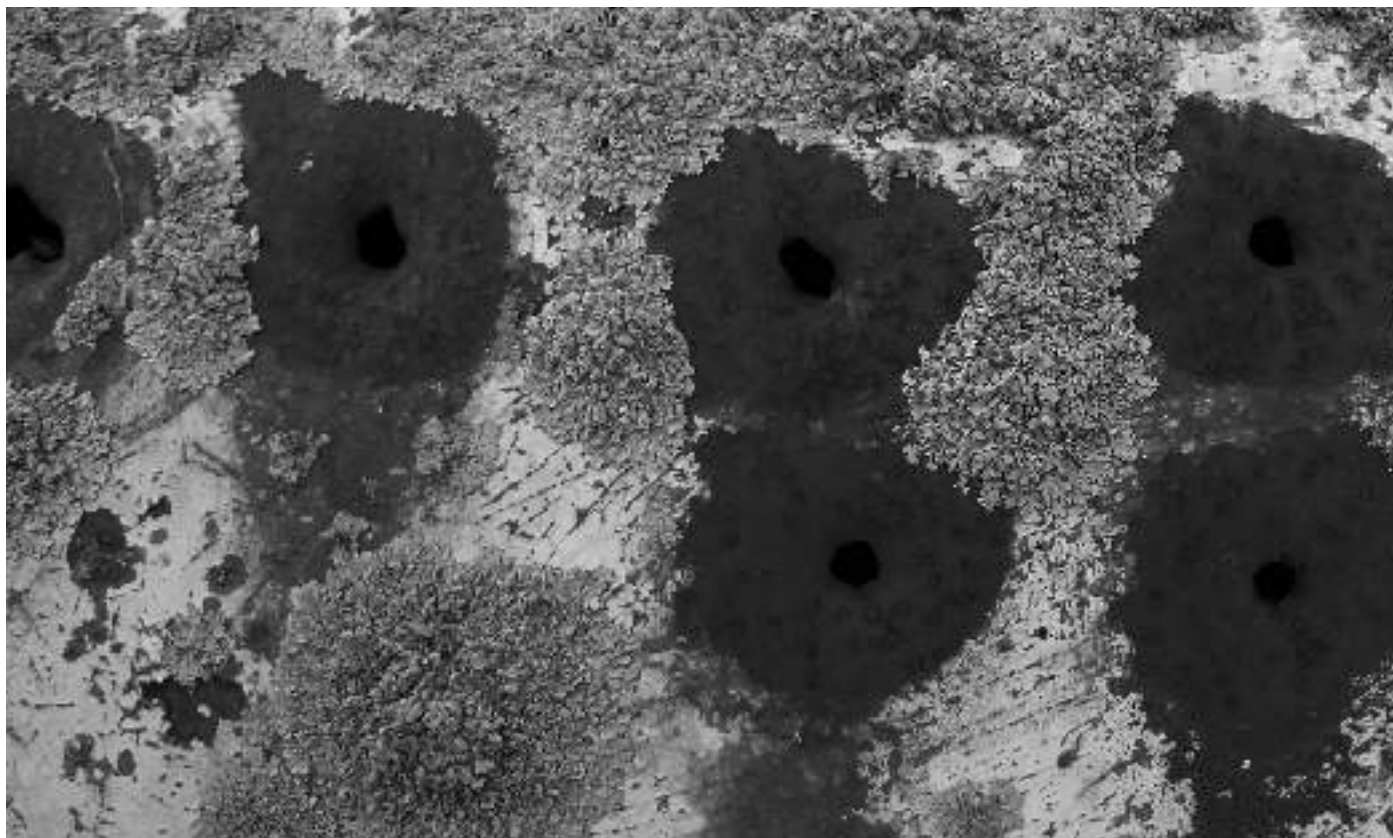
Por outro lado, precisamos avançar na discussão sobre a prevenção ao delito. É preciso construir os mecanismos adequados para uma prevenção eficaz da criminalidade. Isso passa pela inclusão social para a juventude, programas de melhoria do ambiente urbano, políticas de redução das oportunidades para o crime, recolhimento e controle de armas, controle da propaganda e comercialização da bebida alcoólica, enfim, tudo aquilo que se pode intitular como políticas públicas de segurança (com foco nas razões determinantes do delito).

Precisamos pensar algumas coisas que vão tocar diretamente o sistema de justiça, porque muitos conflitos chegam ao poder judiciário, e dentro do poder judiciário precisarão ser equacionadas. As reformas da justiça, especialmente da justiça penal, têm que ser bem avaliadas, porque o sistema penal tem que se colocar enquanto mecanismo de pacificação social, de melhoria das condições de vida e segurança da população, coisa que até hoje ele não foi. Ao contrário, o sistema penal brasileiro, até hoje, foi um sistema crimínógeno e voltado à sujeição criminal dos setores sociais mais vulneráveis e tidos como perigosos.

Nesta linha, precisamos pensar num outro modelo para o tratamento dos conflitos de proximidade, que deveriam ser administrados pelos Juizados Especiais Criminais. Na prática não se conseguiu implantar, de fato, aquilo que era sustentado em 1995, quando a lei 9.099/95 foi criada. Essa falência se deu por problemas na lei e por problemas com os operadores do direito, ao não se conseguirem abrir espaços no âmbito do sistema de justiça para a mediação de conflitos. O que poderia ter avançado não avançou e o que ocorre nos Juizados é um processo muito mais formal do que real de enfrentamento dos conflitos sociais, o que acabou levando a uma série de problemas que fizeram com que a experiência dos Juizados Especiais Criminais esteja hoje numa situação de impasse.

Fato é que todos estes desafios dizem respeito a uma revolução democrática da justiça no Brasil, que redirecione a estrutura e os esforços de milhares de operadores do sistema de segurança pública e justiça criminal para objetivos diversos do foco até agora direcionado para a “manutenção da ordem pública”. Uma estrutura policial capaz de estabelecer vínculos com a comunidade e atuar na resolução de conflitos cotidianos, e de realizar a repressão qualificada da criminalidade violenta, e um sistema de justiça capaz de colocar-se perante a sociedade enquanto um canal legítimo e adequado para a mediação dos conflitos sociais são a exigência colocada para que possamos avançar no sentido da redução da violência e da garantia da segurança pública no Brasil.

Foto: Stock.XCHNG



A valorização do professor: uma questão de remuneração I

artigo

Ecléia Conforto

Doutora em Economia,
Professora da Faculdade São Judas Tadeu,
Porto Alegre, e economista do Departamento
Intersindical de Estatística e Estudos
Socioeconômicos (Dieese)

A retomada da questão do desenvolvimento econômico e social na agenda política brasileira na última década recolocou a discussão da importância da educação na sociedade. É visível o conjunto de medidas utilizadas pelo governo para mensurar, avaliar e melhorar o processo educacional. Contudo, a questão do ensino, atualmente, parece estar limitada à ideia de que a educação no Brasil seria muito ruim e isso, em parte, está relacionado às péssimas condições de trabalho ofertadas aos professores. Assim, os salários mais baixos da rede pública justificariam o seu desempenho negativo. Será? Isso é senso comum ou verdade absoluta?

Para verificar essa questão, este artigo busca comparar os salários pagos na esfera pública com aqueles praticados pela iniciativa privada no Rio Grande do Sul, identificando as variáveis que contribuem para essa possível diferença salarial. O texto está dividido em quatro seções. Na primeira, são analisados os salários pagos aos professores vinculados ao ensino estadual. A remuneração dos professores municipais de Porto Alegre será analisada na seção 2. E a dos professores

da rede privada, na última seção. Em todas as seções, o objetivo é analisar os salários pagos em cada esfera administrativa e detalhar os planos de carreira ou as políticas de valorização que compõem parte da remuneração do magistério.

O Plano de Carreira e Salários dos Professores Estaduais no Rio Grande do Sul

São enquadrados no Plano de Carreira do Magistério Público Estadual todos os professores e os especialistas em educação. O regime de trabalho é de 20 horas semanais, havendo a possibilidade de contratação em regime especial de 30 ou 40 horas. Da jornada de trabalho, uma proporção de 20% é destinada às atividades extraclasse, com exceção daqueles docentes que atuam nas turmas de pré-escola e anos iniciais do ensino fundamental.

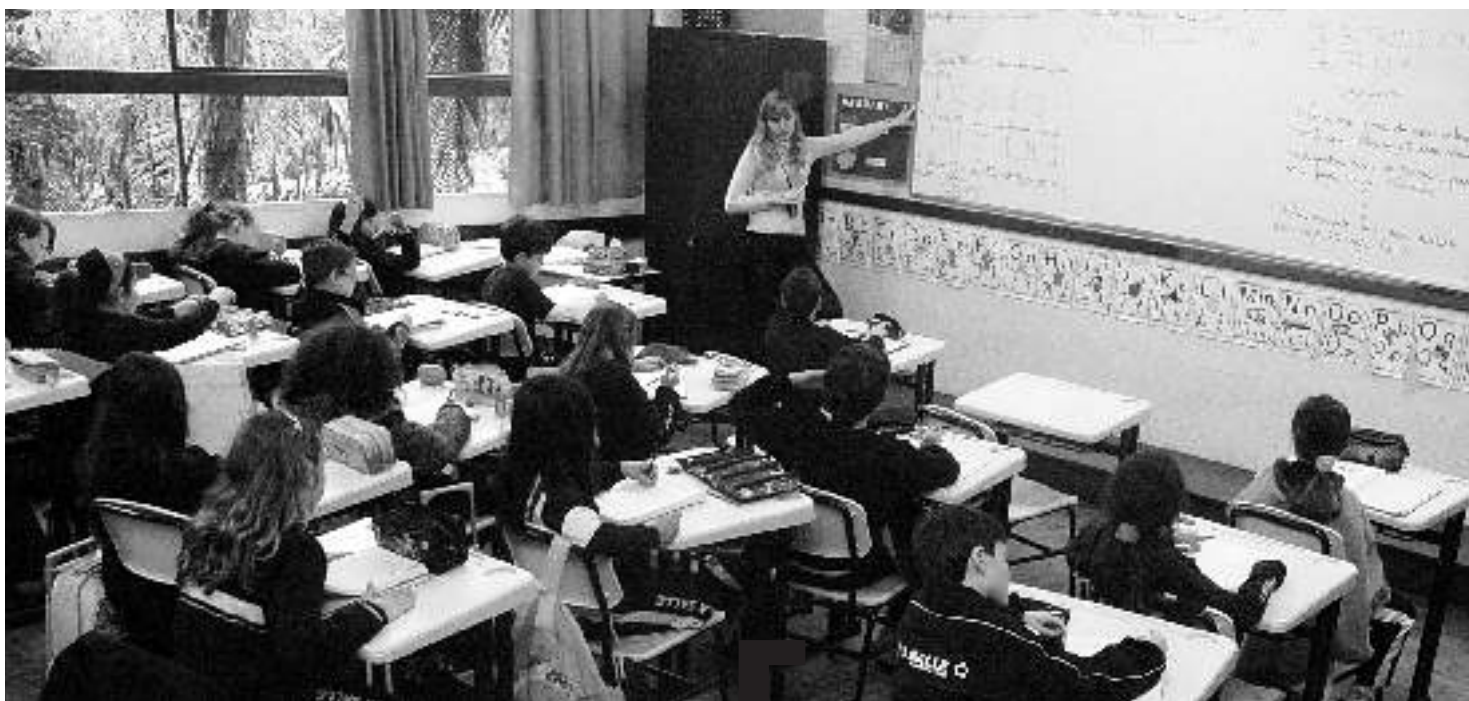
O plano de carreira está estruturado em níveis e classes. A classe é o conjunto de cargos, distribuídos nas carreiras segundo os níveis de habilitação relativos ao grau de formação do professor ou do especialista em educação. Os cargos, por sua vez, referem-se ao conjunto de atribuições e responsabilida-



Além da definição do piso e garantia de remuneração digna e justa, é necessário estabelecer um plano de carreira que dê perspectivas aos docentes e isso não deve ser prerrogativa isolada da esfera pública ou do setor privado de ensino, mas compromisso de ambos com a sociedade

des de cada funcionário vinculado ao magistério público estadual. A carreira no magistério público estadual no Rio Grande do Sul está estruturada em seis classes. Cada uma compreende seis níveis de habilitação estabelecidos conforme o grau de escolaridade. Os níveis constituem a linha de habilitação dos professores e especialistas em educação, sendo identificados por números. Ao todo são seis níveis, em que se exige habilitações específicas. As mudanças de nível devem ser automáticas, entrando em vigor a partir do mês seguinte à comprovação, pelo professor, da nova habilitação, desde que ele tenha completado, no mínimo, dois anos de efetivo exercício do magistério na rede estadual de ensino.

Já as classes são identificadas por letras, do A ao F, e devem ser formadas por um conjunto de cargos fixados por lei. O professor, ao ingressar na carreira, inicia na primeira classe (A). A mudança de classe deve respeitar um período mínimo de três anos e obedecer ao critério de promoção, alternando merecimento e antiguidade. A variação salarial entre as classes é de 10%. Para promoção por merecimento é considerado o desempenho do professor na classe a que pertence. A classificação anual será representada pela média aritmética entre a pontuação do merecimento obtida no ano anterior e o resultado previsto naquele ano. A promoção por antiguidade é determinada pelo tempo de exercício do professor na classe a que pertence. A apuração do tempo de serviço em exercício tem como base as folhas de pagamento e as fichas funcionais.



O sistema de promoção exige um processo de avaliação realizado por comissões nas escolas e nos órgãos do sistema estadual de ensino. Cabe à Comissão de Promoção do Magistério processar a pontuação e consolidar as promoções em âmbito estadual. A regularidade das promoções e a atualização dos salários do magistério constituem, de longa data, reivindicações do magistério e do Cpers – Sindicato. Além da progressão por nível e por classe, o magistério estadual possui quatro tipos de gratificações: difícil acesso e difícil provimento (20% a 100%), unidocência para professores em exercício nas séries iniciais do ensino fundamental (50%), classe especial (50%) e as gratificações por triênio de exercício do magistério, que são de 5%, calculadas sobre o nível e o vencimento da classe. A Tabela 1 demonstra os salários atuais do magistério estadual.

Segundo os dados da Tabela 1, se considerarmos o salário de ingresso, sem a parcela autônoma, a diferença entre o nível A1 e o nível F6 é de três vezes. Cabe lembrar que todas as progressões na carreira têm como base o salário inicial e esse é muito baixo, inclusive menor que o piso nacional definido para a categoria. Além disso, o Plano do Magistério Estadual no RS tem um problema na medida em que grande parte dos professores está nos níveis 5 e 6 (81%), construindo uma pirâmide invertida. Esse sistema de remuneração, assim constituído, acaba por prejudicar os professores que têm menos tempo, pois tende a melhorar a remuneração do professor quando ele está em final de carreira ou saindo da escola. Com os

No ensino privado, a diferença entre o menor e o maior salário é 2,23 vezes. Os professores possuem habilidades que determinam suas atividades

valores dos salários baixos e a incorporação das gratificações ao final da carreira, o professor passa um bom tempo descontente com seu salário. Isso dificulta o processo de valorização da função, da continuidade da carreira e da própria qualidade do ensino.

Comportamento dos salários e valorização do professor no município de Porto Alegre

O regime de trabalho do professor que atua no município de Porto Alegre é de 20 horas semanais, com exceção daqueles que atuam no turno da noite e que, por isso, possuem jornada de trabalho de 18 horas. Contudo, caso haja disponibilidade de vagas, o professor pode exercer uma jornada de trabalho especial de 30 horas semanais (com um acréscimo de 50% no salário) até 40 horas semanais (em regime complementar com acréscimo de 100% no salário).

Assim como na esfera estadual, o plano de carreira dos professores lotados no município de Porto Alegre também está dividido em classes que representam as habilitações, conforme a Tabela 2. Para cada classe há uma letra de referência que representa as progressões funcionais. Todos os professores da rede municipal de Porto Alegre iniciam, obrigato-

riamente, pela letra A e podem avançar até a letra D. Para cada nova progressão, ou seja mudança de letra, há um adicional sobre o salário. A mudança da letra A para B exige um mínimo de seis anos de serviço público e significa um incremento de 30% sobre o salário inicial. De B para C o tempo de serviço deve ser de, no mínimo, 12 anos, e um adicional de 20% sobre o básico; e de C para D o mínimo é de 18 anos e o acréscimo corresponde a 10%. Cabe ressaltar que todos devem permanecer no mínimo três anos em cada classe. A progressão funcional respeita os critérios de merecimento e antiguidade. A avaliação por merecimento é realizada por uma comissão eleita pelos próprios professores e especialistas em educação, que é renovada a cada movimentação no quadro.

Na Tabela 3, é possível observar o padrão inicial de salário dos professores da rede municipal de Porto Alegre com uma carga horária de 20 horas semanais. Assim, o professor com graduação plena (em alguma licenciatura), que seja aprovado em um concurso público do magistério municipal de Porto Alegre, em junho de 2011, entraria na classe M4 com referência A (M4-A) com um salário inicial de R\$1.592,80. Caso esse professor seja lotado em uma escola considerada de difícil acesso terá um acréscimo de 20% no salário (R\$ 318,56), per-

Tabela 1
Plano de Carreira do Magistério RS
Estimativa de Vencimento Básico
para uma carga horária de 20
horas semanais – Maio 2011

| Casse | A | B | C | D | E | F |
|-------|--------|--------|--------|----------|----------|----------|
| 1 | 395,52 | 435,07 | 474,62 | 514,18 | 553,73 | 593,28 |
| 2 | 454,85 | 500,33 | 545,82 | 591,30 | 636,79 | 682,27 |
| 3 | 514,18 | 565,59 | 617,01 | 668,43 | 719,85 | 771,26 |
| 4 | 593,28 | 652,61 | 711,94 | 771,26 | 830,59 | 889,92 |
| 5 | 731,71 | 804,88 | 878,05 | 951,23 | 1.024,40 | 1.097,57 |
| 6 | 791,04 | 870,14 | 949,25 | 1.028,35 | 1.107,46 | 1.186,56 |

Elaboração: DIEESE | Notas: (1) Além dos vencimentos é recebida uma parcela autônoma no valor de R\$ 38,91.



cebendo um valor total de R\$ 1.911,36. A inclusão do difícil acesso torna o salário inicial no M4-A superior ao salário do M5-A.

Se esse professor concluísse uma pós-graduação, passaria para a classe do M5-A com um salário inicial de R\$ 1.870,30. Como já se passaram três anos de magistério, ele teria um acréscimo de 5% no salário, totalizando R\$1.926,40. Não há dúvida de que a estrutura do plano de carreira dos servidores municipais de Porto Alegre considera a qualificação e a remuneração como condições para a sua valorização. Mesmo considerando o piso de ingresso na categoria, podemos observar que ele é bem superior ao piso nacional estabelecido. Para 20 horas-aula o professor da rede municipal de ensino recebe R\$ 1.029,60. Caso recebesse o piso nacional do magistério para as mesmas 20 horas, seu salário seria de R\$ 593,50. Não há dúvida de que os professores da rede municipal são melhor remunerados na comparação com os docentes das demais esferas públicas e também do setor privado. Isso se deve a uma política salarial de longo prazo conquistada pelos trabalhadores junto à Prefeitura de Porto Alegre e respeitada pelos gestores públicos, política essa que falta para a esfera estadual, fazendo com que os salários dos professores sejam menores. Assim, podemos afirmar que a combinação de uma política salarial com um bom plano de carreira que valorize o professor em relação à sua qualificação, dedicação e tempo de serviço é a medida certa para uma justa remuneração e valorização da carreira do magistério.

Tabela 2
Composição das
classes do plano
de carreira do
magistério do
município de
Porto Alegre,
segundo a
habilitação do
professor.

| Classe | Habilitação |
|--------|---|
| M1 | Habilitação de Magistério de ensino médio com complementação pedagógica. |
| M2 | Habilitação de Magistério de ensino médio, com complementação pedagógica mais um ano de estudos adicionais. |
| M3 | Habilitação de nível superior de licenciatura curta. |
| M4 | Professor ou especialista em educação com habilitação de nível superior em licenciatura plena. |
| M5 | Professor ou especialista em educação com licenciatura plena, complementada com curso de pós-graduação (especialização com 360 horas/aula, no mínimo; mestrado ou doutorado, desde que haja correlação com a área de atuação .) |
| EM | Cargos em extinção. |

Fonte: Plano de Carreira do Magistério do Município de Porto Alegre | Elaboração: pela autora

Plano de carreira e salário na rede privada de ensino no Rio Grande do Sul

Os professores do setor privado de ensino têm suas relações de trabalho regulamentadas via negociações coletivas, representados pelo Sindicato dos Professores do Estado do Rio Grande do Sul – Sinpro/RS – e a entidade patronal é o Sindicato dos Estabelecimentos do Ensino Privado no Estado do Rio Grande do Sul – Sinepe/RS. O produto dessa negociação coletiva, a Convenção Coletiva de Trabalho, determina os pisos salariais da categoria que correspondem ao valor mínimo para a hora-aula sobre os quais é acrescido o repouso remunerado (1/6 do valor do salário).

Os valores da hora-aula alteram conforme a etapa da educação na qual o professor atua, diferentemente da maioria dos planos de cargos e salários do magistério público, na medida em que, ao realizar o concurso público, o professor pode ser alocado em qualquer nível de ensino, respeitando sua habilitação. O piso é calculado considerando o valor da hora-aula, o repouso remunerado semanal e o mês de 4,5 semanas. Para obtenção do salário-base, o professor pode usar a fórmula simplificada: multiplicando a carga horária de trabalho pelo valor da hora-aula e por 5,25. O docente do setor privado não pode exercer uma carga horária superior a 40 horas semanais na mesma instituição.

A Tabela 4 apresenta os pisos salariais dos docentes vinculados ao setor privado no Rio Grande do Sul. O menor piso é praticado na educação infantil e no ensino fundamental séries iniciais, com o valor de R\$ 1.036,35; e o maior piso é pago aos professores de ensino superior, no valor de R\$ 2.312,10. Embora a diferença entre o menor (educação infantil e séries iniciais) e maior salário (ensino superior) no setor privado, respeitando as diversas habilitações, seja de apenas 2,23 vezes, essa comparação é mais difícil de ser feita. Isso porque não há uma progressão, uma carreira. Os professores possuem habilidades que determinam suas atividades: ou no ensino superior ou na educação básica.

Além disso, os professores de instituições privadas de ensino podem complementar os seus salários com alguns adicionais como: tempo de serviço (quadriênio) e o adicional

Esse sistema de remuneração prejudica aqueles que têm menos tempo de magistério, pois só melhora a remuneração no final da carreira



Salário baixo e demora na incorporação das gratificações não valorizam nem estimulam o professor, com reflexos na qualidade do ensino

por aprimoramento acadêmico, ou seja, conforme a titulação do docente (Tabela 5). Considerando que o docente Doutor inicie na instituição com o piso determinado na Convenção Coletiva, sua remuneração de R\$ 2.310,10 passa a ser de R\$ 2.658,90 em virtude dos 15% pagos a título de aprimoramento acadêmico.

No setor privado, cada instituição de ensino negocia juntamente com o sindicato dos trabalhadores um plano de carreira que se adapte ao tipo de instituição, ao seu objetivo, ao perfil dos professores e, antes de mais nada, aos recursos financeiros disponíveis para estruturar o plano. As instituições de ensino superior, por exemplo, incluem, além dos adicionais por aprimoramento acadêmico, outras variáveis como publicações, atividades administrativas dentro das instituições, orientações, bancas e outras rubricas que compõem a remuneração final.

O Sinpro/RS acompanha os salários das principais escolas de educação básica e instituições de ensino superior no Estado. O Sindicato elabora um ranking salarial, buscando comparar os salários entre as instituições. Segundos os dados da última pesquisa (2010) para Porto Alegre e Região Metropolitana, na educação infantil e séries iniciais, das 73 escolas pesquisadas, seis pagam o piso estabelecido em

Convenção Coletiva. O menor piso é pago por algumas unidades da Rede Pastor Dohms e o maior valor de hora-aula é pago pela escola Leonardo da Vinci. Se esse professor trabalhasse 20 horas em cada instituição, na educação infantil ou séries iniciais, ele receberia na primeira R\$ 1.036,35 e na segunda R\$ 2.815,05, ou seja, mais que o dobro pela mesma jornada. Assim, o piso salarial no setor privado exerce um papel importante, pois as instituições de ensino que fazem parte desse setor têm características heterogêneas. Isso vem a minimizar as diferenças salariais entre escolas com menos recursos e com mais recursos ou, no mínimo, nivelar o patamar de remuneração do professor.

Ainda devemos considerar que a remuneração dos professores está vinculada ao nível de ensino no qual eles ministram as aulas. Por exemplo, todos os professores que lecionam na educação infantil recebem o mesmo piso. Contudo, não é levado em consideração o grau de qualificação do professor no seu salário-base. Ou seja, o aprimoramento acadêmico, ao ser considerado um percentual sobre o salário-base do professor, não valoriza efetivamente sua qualificação e aprimoramento. Isso é uma crítica feita por diversos professores, uma vez que se sentem desestimulados a dar continuidade às suas iniciativas de qualificação. Parece-me que as instituições de ensino enxergam esse aprimoramento como um adicional a ser pago ao trabalho, esquecendo que isso compõe a formação do seu professor e valoriza o quadro docente na própria instituição.

Tabela 3
Distribuição do salário inicial do magistério municipal de Porto Alegre em junho de 2011, segundo padrão para um regime de trabalho de 20 horas semanais

| Padrão | Salário Inicial (R\$) |
|--------|-----------------------|
| M1-A | 1.029,60 |
| M2-A | 1.183,70 |
| M3-A | 1.387,40 |
| M4-A | 1.592,80 |
| M5-A | 1.870,30 |
| EM-A | 1.402,40 |
| M1-B | 1.132,50 |
| M2-B | 1.301,60 |
| M3-B | 1.527,00 |
| M4-B | 1.752,10 |
| M5-B | 2.056,90 |
| EM-B | 1.543,10 |
| M1-C | 1.246,10 |
| M2-C | 1.432,20 |
| M3-C | 1.680,30 |
| M4-C | 1.927,30 |
| M5-C | 2.262,20 |
| EM-C | 1.697,40 |
| M1-D | 1.371,20 |
| M2-D | 1.575,30 |
| M3-D | 1.847,20 |
| M4-D | 2.119,80 |
| M5-D | 2.488,10 |
| EM-D | 1.866,90 |

Elaboração: DIEESE/RS

A diferença salarial do setor privado para o magistério estadual não é tão representativa, sendo uma vez e meia o salário do setor privado maior do que o do setor público

Tabela 4 Distribuição do salário inicial por nível de ensino para os professores no setor privado de ensino com uma carga horária de 20 horas semanais. No RS – Maio/2011.

| Níveis | Pisos |
|---|--------------|
| Educação Infantil e Ensino Fundamental séries iniciais de 1ª a 4ª do ensino fundamental de oito anos (ou de 1º ao 5º ano do ensino fundamental de nove anos de duração) | R\$ 1.036,35 |
| Ensino Fundamental séries finais de 5ª a 8ª série do ensino fundamental de oito anos (ou de 6º ao 9º ano do ensino fundamental de nove anos de duração) | R\$1.108,80 |
| Professores de Cursos Livres, sem graduação | R\$1.108,80 |
| Ensino Médio | R\$1.477,35 |
| Professores de Cursos Livres com graduação e de Educação de Jovens e Adultos | R\$1.477,35 |
| Professores de Educação Profissional | R\$1.477,35 |
| Professores de Educação Superior | R\$ 2.312,10 |

Fonte: Plano de Carreira do Magistério do Município de Porto Alegre | Elaboração: pela autora

Considerações finais

Pelas informações acima apresentadas podemos facilmente contestar que o setor público paga menos aos seus professores do que o setor privado. Vamos utilizar como base de comparação um professor com licenciatura plena no setor público, que estaria no plano de carreira estadual no nível 5 – A e no plano do município de Porto Alegre no padrão M5-A, recebendo como salário inicial R\$ 731,71 e R\$ 1.870,30, respectivamente. Incluímos nessa base de comparação o setor privado, com os professores vinculados ao ensino fundamental séries finais. A diferença salarial do setor privado para o magistério estadual é representativa, sendo 1,5 vezes o salário do setor privado maior do que o do setor público. Quando comparamos o setor privado ao magistério municipal, a situação se inverte, pois verificamos que o salário da rede privada representa 1,8 salário do setor privado. No longo prazo, essa diferença se amplia à medida que os professores da rede municipal vão incorporando as promoções. Isso nos leva a crer que o salário no setor público no longo prazo é maior. Além disso, devemos considerar que esse professor, na rede municipal, consegue estabelecer com tranquilidade a sua perspectiva

de carreira dentro do magistério, enquanto o do setor privado está à mercê das flutuações do mercado e das decisões das instituições.

O fato é que a remuneração é uma peça chave na valorização do professor. A definição de um piso é importantíssima para garantir um salário digno e justo a essa categoria. Contudo, faz-se necessário estabelecer conjuntamente um plano de carreira que dê perspectivas ao professor e isso não pode ser uma prerrogativa do setor público ou do setor privado, mas um compromisso de ambos com a sociedade. Algumas perguntas ficam em aberto: a longo prazo será que a remuneração do setor público é menor do que a da esfera privada? Como se comportam os salários dos professores em relação aos demais setores? A essas questões, infelizmente, não temos como responder nesse texto, mas servem para reflexão e auxiliam na construção de um cenário mais completo sobre a questão da remuneração do professor no Brasil. ❏

Tabela 5
Percentual do aprimoramento acadêmico segundo titulação e nível de ensino na educação privada no RS / 2011.

| Nível de Ensino | Titulação | Adicional |
|--|--|-----------|
| Professores da Educação Infantil, Ensino Fundamental e Ensino Médio. | Licenciatura curta ou plena ou pedagogia | 3% |
| | Especialização | 5% |
| | Mestrado | 10% |
| | Doutorado | 15% |
| Professores da Educação Superior | Mestrado | 10% |
| | Doutorado | 15% |

Referências

http://www.educacao.rs.gov.br/pse/html/magist_estatuto.jsp <http://www.sinpro-rs.org.br/convencoes/index.asp>

http://www2.portoalegre.rs.gov.br/smed/default.php?p_secao=196



Foto: Stock.XCHNG



**Mario dos Santos
Ferreira**

Arquiteto, Doutor em
Engenharia e Docente da
Faculdade de Arquitetura
e Urbanismo da PUCRS



**Suzana Costa
Barboza**

Arquiteta, Especialista em
Engenharia e Docente da
Faculdade de Arquitetura
e Urbanismo da PUCRS

ensaio

**A nova lógica exige planejamento e
ações articuladas entre circulação,
transporte e acessibilidade, ao contrário
do que existe nas grandes cidades**

Mobilidade urbana: cenário, gestão e planejamento

Palavras-chave: Mobilidade Urbana; Mobilidade Urbana Sustentável; Mobilidade e Acessibilidade Urbana.

Resumo

O ensaio apresenta uma resenha do tema, aborda os conceitos oficiais e a política de mobilidade urbana, em especial o Plano Nacional de Mobilidade Urbana Sustentável - PNMUS, enfatizando os conceitos de acessibilidade. Faz uma crítica aos modelos adotados, na medida em que o tema é visto, de forma isolada, orientada para soluções de transporte e trânsito. Comenta ainda soluções apresentadas em evento sobre mobilidade urbana sustentável em abril de 2011, em Bogotá, e faz uma crítica à compreensão do conceito de mobilidade sustentável e seus condicionantes. O texto, ao final, aponta para uma abordagem diferenciada em relação aos modelos europeus, usualmente adotados como referência.

Cenário e gestão

Mobilidade, assim como acessibilidade e sustentabilidade, apresenta-se como tema emergente de interesse global. No Brasil, na condição de país sede de eventos importantes, dentre eles a Copa do Mundo de 2014, constitui pauta obrigatória em todos os debates oficiais e institucionais.

A abordagem do tema mobilidade, hoje, ressurte-se por vezes de fundamentação teórica consistente, desconsiderando ou ignorando os princípios e diretrizes do Plano Nacional de Mobilidade Urbana Sustentável - PNMUS, do Ministério das Cidades (2004). O documento traz, em seu conteúdo, fundamentos e conceitos importantes sobre mobilidade urbana que apontam para uma nova ótica, diferentemente dos debates e propostas de ação atualmente propostos. Aponta para a

necessidade de adoção de uma nova lógica de gestão das cidades, com a necessária consideração da história e evolução urbana.

Esta nova lógica para o conceito de mobilidade estabelece a necessidade de planejamento e ações articuladas entre setores ligados à circulação, ao transporte e à acessibilidade, em oposição à postura hoje adotada na administração das grandes cidades. Verifica-se nestas, a existência simultânea de secretarias e órgãos para questões de mobilidade (exclusivamente para soluções de transportes e fluxos urbanos) e acessibilidade (exclusivamente para soluções de rotas acessíveis ao pedestre) atuando de forma paralela em ações com necessidade de abordagem integrada.

A nova lógica (ou problema?) de abordagem do tema mobilidade passa pela constatação de que o tecido urbano constitui um embaraço

nhado de vias e que os planos de adaptação para mobilidade, centrados no transporte individual, não são suficientes para controlar o processo de urbanização estabelecido. Neste ponto, cumpre ressaltar a necessidade de um conhecimento aprofundado da evolução das cidades e de suas respectivas configurações resultantes. Segundo Castro (2008), muitas das grandes e médias cidades brasileiras possuem configurações urbanas estabelecidas no período colonial. Estas, por sua vez, apresentavam características de apropriação física do espaço segundo modelo europeu do período medieval, com adaptação livre aos condicionantes geográficos, com edificações desenvolvidas em altura e divisão em bairros compactos.

Benévolo (1997) demonstra que, com a inserção do automóvel no ambiente urbano, no início do século vinte, o pedestre desloca-se para extremidades das vias (calçadas) e o passeio passa a ocupar só a calçada. Desta forma, as ações desenvolvidas para dotar as cidades atuais de condições de acessibilidade são, na realidade, exercícios de adaptação e adequação de cidades com configuração do medievo.

Em acréscimo, mais presentemente, nos anos setenta, a maioria das capitais brasileiras teve a incorporação dos corredores de ônibus, como tentativa de solução e privilégio do transporte coletivo. Em algumas destas cidades estes equipamentos, com pistas duplas privativas dos ônibus e terminais de embarque, obtiveram êxito em função da escolha, características e dimensionamento das vias. Em outras, resultou no surgimento de grandes barreiras físicas para transposição, pelo pedestre, para lados opostos das vias.

Para entendimento do tema mobilidade faz-se necessária a devida compreensão do conteúdo da política nacional para esta área, na medida em que mobilidade vai além de soluções de transporte, trânsito e ciclovias. O Estatuto das Cidades reafirma que para o estabelecimento de um efetivo planejamento, mobilidade urbana deve ser compreendida como um atributo das cidades, no que diz respeito ao deslocamento de pessoas e bens no espaço urbano. Enfatiza o uso de veículos, vias e toda a infraestrutura urbana, diferente do antigo conceito de gestão da circulação de veículos.



MOBILIDADE E ACESSIBILIDADE URBANA: deslocamento e a rota acessível

O aumento da população nas cidades e a descentralização das atividades geram, cada vez mais, deslocamentos das pessoas, que associados à falta de infraestrutura do meio físico e de transportes, criam barreiras à mobilidade e acessibilidade urbanas. Assim, não se pode falar em mobilidade sem levar em consideração o fator acessibilidade.

Ações de acessibilidade, no ambiente urbano, proporcionam o uso do espaço urbano de maneira ampla e irrestrita a todo cidadão, independente de sua condição física. Já mobilidade envolve uso integrado dos sistemas de transportes, equipamentos urbanos e espaços públicos, garantindo ao indivíduo o direito constitucional de desenvolver suas atividades diárias, de maneira autônoma, segura e digna.

Neste ponto a variável acessibilidade, tratada como tema independente, intervém na equação mobilidade. Na Roma antiga, por exemplo, o conceito de mobilidade tinha como variável principal a acessibilidade, uma vez que as alternativas ao deslocamento a pé do pedestre limitavam-se ao transporte por tração animal.

A concepção do plano da cidade considerava primeiramente necessidades, aptidões e limitações do usuário da cidade, o habitante da urbe. O traçado da antiga cidade de Emona, na atual Eslovênia, baseava-se em um módulo de 60 passus, originando um reticulado urbano de 360 passus por 300 passus. O planejamento das cidades tinha como base dimensional o passus romano, unidade de medida antropométrica que estabelecia as distâncias nas quais um cidadão pudesse circular de forma confortável no perímetro urbano.

Dados do último censo do IBGE, no início deste século XXI, já demonstravam a existência de população significativa de idosos (8,5%) e registraram um índice também significativo de população com algum tipo de deficiência (14,5%). Junto com outros grupos que compõem a População de Mobilidade Reduzida (PMR), crianças, gestantes e população com mobilidade reduzida temporariamente, constituem parcela considerável da população brasileira, à qual deve ser dada toda a garantia de mobilidade.

Estas barreiras, que interferem na liberdade de movimento e circulação com segurança dos diferentes grupos de população, estão presentes nas edificações, no espaço urbano, nos transportes, nas comunicações e informações, nas calçadas irregulares, nas faixas de segurança mal posicionadas, nos rebaixos de meio-fio, nas rampas, no mobiliário urbano desordenado, nos terminais de transportes coletivos, nos semáforos (sem sinal sonoro e sinalização tátil), por exemplo, e criam situações de risco ao deslocamento no tecido urbano. As ações urbanas, fundamentadas nos conceitos de acessibilidade universal para uso do espaço público, propõem eliminar estas barreiras com vistas à qualificação do espaço urbano. Esta abordagem permite a utilização de equipamentos e espaços da cidade, por qualquer indivíduo, de forma autônoma e segura, através da criação de rotas acessíveis.

Portanto, o conceito de acessibilidade vincula-se à noção de inclusão social de todos os indivíduos, explicitado nos grandes objetivos do Ministério das Cidades a serem observados em planos de desenvolvimento urbano. Destaquem-se aqui dois deles, quais sejam: a universalização do acesso ao transporte público, através de mobiliário e equipamentos que viabilizem conexão segura entre a residência e o terminal de acesso ao transporte, e a valorização dos deslocamentos de pedestres (rota acessível) e de ciclistas.

MOBILIDADE URBANA SUSTENTÁVEL: transporte não motorizado e o trabalho humano

O conceito de mobilidade urbana, agora acrescido de mais um adjetivo – sustentável, reporta-se ao balanço energético dos deslocamentos e ao nível de impacto ecológico, econômico, cultural e social sobre a cidade e os cidadãos.





Neste particular, surgem as ações voltadas para o uso do transporte não motorizado. Alguns dados, hoje, começam a ser considerados no planejamento e dimensionamento de zonas de fluxos das cidades.

O colombiano José Rojas (2011), em seu artigo *Lecciones de Movilidad para las Ciudades* apresenta um comparativo gerado pela Corporación Andina de Fomento entre tipos variados de deslocamentos de um indivíduo para chegar a um determinado destino. Segundo o autor, em Porto Alegre, um indivíduo consome, em média, para chegar a um destino: 21.6 minutos de carro, 16.0 minutos de moto, 23.2 minutos de taxi, 15 minutos a pé. No Rio de Janeiro, este indivíduo consome 28.0 minutos de carro, 25 minutos de moto, 26.0 minutos de taxi e 17.4 minutos a pé. A partir de constatações como estas, as ciclovias começam a surgir como alternativas para o transporte individual e sustentável. O problema: tendo em vista as características de configuração medieval da maioria das cidades brasileiras, as ciclovias atendem parte da área urbana, na medida em que as nossas cidades, com poucas exceções, não são planas.

Soluções como redes e sistemas hidroviários de transportes coletivos, mesmo num país com potencial hidroviário como o Brasil, constituem ações secundárias nas tomadas de decisão para ações de mobilidade sustentável. No entanto, conflitos de atribuição de gerenciamento modal do transporte metropolitano impedem uma efetivação de políticas da mobilidade sustentável. Além do modo hidroviário, o transporte ferroviário mantido sob tutela dos poderes federal e estadual, conflita com a política urbana do poder municipal, envolvido diretamente nas ações de planejamento da cidade.

Em Bogotá, a adoção do sistema de bicitaxis, transporte para duas pessoas por tração humana, constitui uma das ações do poder público para soluções de mobilidade urbana sustentável. Sistema definido em lei municipal, com veículo dimensionado por norma técnica nacional,

é reconhecido como uma solução sustentável. No entanto, não se pode deixar de considerar o aspecto cruel do trabalho físico humano, em pleno século XXI. Do ponto de vista da biomecânica, o esforço da rótula, no joelho do ciclista, aproxima-se dos 200 kg ao transportar duas pessoas, acrescido ao peso do veículo tracionado por pedal de bicicleta. Deixamos de falar em mobilidade urbana para avaliar consequências e repercussões socioeconômicas no campo da segurança e saúde do trabalho humano.

MOBILIDADE URBANA SUSTENTÁVEL: a bicicleta, a ciclovias

Ocorrem, hoje, tendências na legislação urbana, com orientação para instrumentos de mobilidade urbana que deem preferência a soluções energéticas não-poluente e com balanço energético que apresente características de sustentabilidade ambiental. Dentre as soluções ambientais que se apresentam, destacam-se as ações de implantação de ciclovias nas cidades.

Fica claro, no entanto, que além da malha para este meio de transporte individual, faz-se necessária a implantação de uma complexa infraestrutura de apoio a este tipo de transporte, a qual implica numa coleção de itens de mobiliário urbano, quais sejam estacionamento, banheiros e estações intermodais de conexão com os outros sistemas de transporte. A mobilidade individual via bicicleta, no entanto, passa a apresentar algumas dificuldades de viabilização como a topografia e a extensão da cidade. Em Porto Alegre, por exemplo, a conexão via bicicleta, entre sua área central e seus limites ao norte, fica comprometida em função das barreiras naturais da cidade, seus morros, aclives e encostas. A condição biofísica da cidade é elemento determinante da tomada de decisão por este meio de transporte sustentável. Cidades com características planas, como



Copenhague, com população em torno de 520 mil habitantes, constitui um bom exemplo de sucesso na implantação de ciclovias. Em Bogotá, com as ciclovias implantadas na calçada, em espaço também utilizado pelo pedestre, foi possível presenciar a dificuldade do convívio simultâneo pedestre-ciclista.

MOBILIDADE URBANA SUSTENTÁVEL: o transporte Individual e o carro elétrico

No evento sobre mobilidade urbana sustentável, em abril de 2011, em Bogotá, foi apresentado e discutido o uso de novas soluções de veículos individuais movidos por combustíveis limpos e renováveis. A energia elétrica foi tema deste assunto, objeto de apresentações de conceitos e soluções de veículos.

Foi possível perceber, no entanto, que as novas soluções propostas apresentam-se como adaptações de conceitos de veículos hoje existentes: 70% dos componentes do veículo em material polimérico (plásticos de engenharia), 30% em ligas metálicas e bateria elétrica com componente em lítio. Através de um rápido balanço energético, pode-se afirmar que estes conceitos não apresentam características de sustentabilidade ambiental.

O CENÁRIO E A NOVA ORDEM: um modelo de mobilidade urbana para o novo continente

A discussão sobre o tema mobilidade urbana sustentável apresenta características dos modelos adotados na Europa. Cabe lembrar mais uma vez que a realidade, tanto brasileira como latino-americana, apresenta características distintas do modelo europeu. Dentre estas diferenças contextuais destacam-se as de natureza educacional, tecnológica, ambiental e urbana. As características de heterogeneidade do novo mundo contrastam com o cenário sociocultural homogêneo do Velho Mundo.

A variável escala talvez seja uma diferença não menos significativa na equação mobilidade urbana. Para se ter ideia da dimensão do problema distância/extensão, pode-se lembrar que o trajeto Madrid/Moscou apresenta a mesma distância que o trajeto Porto Alegre/Maceió.

Assim, uma nova ordem institucional estabelecida, diferente, porém ainda não conhecida, prevê como princípios da nova visão de mobilidade urbana a redução do número de viagens motorizadas, a revisão no critério de circulação de veículos (excluindo o automóvel como determinante na organização da cidade), o reconhecimento da importância do deslocamento de pedestres, a priorização do transporte coletivo, considerando novos modos de transporte e a integração dos órgãos de gestão pública nos municípios. Soluções como peatonalização dos bairros, o aumento da caixa das calçadas, a inserção de elevadores com mudanças de nível, são elementos indispensáveis na nova lógica de planejamento das cidades, com vistas à adoção de políticas de mobilidade urbana.

Referências bibliográficas

- BENEVOLO, Leonardo. *História das cidades*. 3ª. edição. São Paulo: Ed. Perspectiva, 1997.
- CASTRO, Maria Luiza A.C. de; AMARO, João Júlio Vitral, *Implantação do sistema de saneamento em Ouro Preto no século XI: a disputa pela Capital*. In: OS URBANITAS - Revista de Antropologia Urbana Ano 4. Disponível em <http://www.aguaforte.com/osurbanitas5/Castro&Amaro2007.html>. Internet, 2008. Capturado em 12/06/2008.
- BRASIL. Ministério das Cidades. *Política Nacional de Mobilidade Urbana Sustentável: Princípios e Diretrizes Aprovadas no Conselho das Cidades*. Brasília, 2004.
- ROJAS, José Stalin Amaya. *Lecciones de Movilidad para las Ciudades*. Disponível em <http://www.cid.unal.edu.co/cidnews>. acesso em 02 de junho de 2011.

artigo

O PNE e a regulamentação do ensino privado

**Gabriel Grabowski**Doutor em Educação, Professor da
Universidade Feevale e do Centro
Universitário Metodista IPA**Amarildo Pedro Cenci**Diretor do Sinpro/RS e Professor da
Universidade de Passo Fundo (UPF)
e do Colégio Marista Conceição de Passo Fundo

**Falta de diagnóstico e avaliação,
de organicidade entre metas
e estratégias e de articulação com
o Sistema Nacional de Educação
são deficiências do projeto**

“Criação de um Sistema Nacional Articulado de Educação, que possibilite consolidar uma política educacional estratégica do Estado brasileiro; ampliação de recursos para educação, tendo como meta a aplicação de 10% do PIB em educação até 2020; gestão democrática do sistema de ensino e das instituições educativas, tendo como instrumento a eleição de diretores e a existência de Conselhos Escolares ou colegiados deliberativos, dentre outros, e regulamentação do ensino privado” são algumas propostas aprovadas na Conferência Nacional de Educação (Conae) para serem incorporadas ao novo Plano Nacional de Educação (PNE), enviado pelo Poder Executivo ao Congresso Nacional em 20 de dezembro de 2010.

O Projeto de Lei 8035/2010, que estabelece as diretrizes do Plano Nacional de Educação (PNE), está em tramitação no Congresso Nacional desde o final de 2010 e uma Comissão Especial foi formada na Câmara dos Deputados para emitir parecer em torno da proposta do PNE 2011-2020. No dia 9 de junho deste ano, quando encerrou-se o prazo para encaminhamento de emendas, audiências públicas, seminários e debates foram promovidos em vários estados e espaços acadêmicos. Diversos documentos de entidades nacionais da educação e associações científicas foram protocolados na Comissão Especial e na Comissão de Educação da Câmara, contendo o posicionamento dessas representações.



Os dois maiores equívocos da presente proposta são, com certeza, por um lado, a dissociação entre o Projeto do PNE 2011-2022 e o Sistema Nacional Articulado de Educação que sequer foi proposto, fragmentando e fragilizando ambos e, por outro, a tímida proposta de investimento de 7% do PIB em educação até 2020. Esse percentual é inaceitável, pois temos um universo de 84 milhões de brasileiros demandando por educação (45% da população) e, com base nesses patamares, o país levará décadas para atender o público em padrões mínimos. Enquanto isso, continuará perdendo em competitividade na comparação com os demais países.

Deficiências gritantes

Muitas análises apontam “avanços no sentido de universalização de acesso a direitos”. No entanto, as deficiências do projeto do PNE são gritantes, como a ausência de um diagnóstico da Educação Brasileira e de avaliação do PNE anterior, falta de organicidade entre metas e estratégias propostas. Podemos afirmar, inclusive, que não se trata de um plano, já que não parte de um diagnóstico, não apresenta um plano, mas metas para a educação, e não apresenta orçamento¹. Além disso, todas as metas propostas já estão previstas na legislação educacional brasileira vigente.

O plano estabelece 10 diretrizes e 20 metas para serem cumpridas até o ano 2020. Prevê valorização do magistério público da educação básica, duplicação das matrículas da educação profissional técnica de nível médio, destinação dos recursos do Fundo Social do Pré-sal para a área de ensino e ampliação do investimento público em educação até atingir 7% do Produto Interno Bruto (PIB). Até agora, o projeto de lei recebeu cerca de 3 mil emendas. Quando aprovado, seguirá para o Senado. Apesar do impacto que pode causar ao planejamento estratégico do Ministério da Educação (MEC), passados seis meses de seu protocolo no Congresso, o PL parece não ser prioridade na agenda política do Executivo nem do Legislativo.

Segundo a deputada Fátima Bezerra, presidente da Comissão de Educação da Câmara dos Deputados, que apresentou mais de 400 emendas – entre as quais propostas de elevar o investimento em educação para 10% do PIB até 2020 e garantir 50% do fundo social do pré-sal para a área, o que foi vetado pelo então presidente Lula no ano passado –, “não se trata de mais um plano de governo e sim de uma política de Estado”. Segundo previsão do MEC, serão necessários R\$ 61 bilhões adicionais para financiar as metas, além do investimento atual, que ronda a casa de 5% do PIB. Atualmente, 80,7%

artigo

O PNE e a regulamentação do ensino privado

do gasto público total em educação é bancado pelas esferas estaduais e municipais, assunto que interessa diretamente aos governadores e prefeitos do Brasil.

No texto do projeto, verifica-se que as metas 2, 6, 9, 10 e 19 são relativas à Educação Infantil. Já as metas 4, 6, 7 e 8 versam sobre o Ensino Fundamental, enquanto as metas 1, 5, 6, 7 e 8 abordam o Ensino Médio. Porém, todas as metas tratam da infraestrutura, da qualificação dos profissionais, da existência de projetos pedagógicos e da avaliação de desempenho dos estudantes, apontando, progressivamente, índices a serem alcançados até o ano de 2021 (meta 7), um ano após a vigência do plano.

Formação docente e qualificação

A formação de professores, inicial e continuada, é contemplada nas metas 15, 16, 17 e 18, enquanto o financiamento é previsto na última meta (número 20). Conforme avaliação do professor AMARAL (2011), “quando se trata de Educação Superior, ações relacionadas à qualidade são abstratas e generalistas, referindo-se a processos de avaliação que possam ter consequências na elevação dos padrões de qualidade das atividades institucionais, sem estabelecer parâmetros concretos a serem atingidos”. O autor conclui que não podemos falar de “qualidade”, mas sim de “qualidades”, ou seja, não existe uma qualidade absoluta, mas a qualidade depende dos interesses de quem participa da discussão. Existe uma qualidade do ponto de vista do estudante, do meio acadêmico, do mercado de trabalho, da sociedade, etc.

A “regulamentação do ensino privado”, especialmente o empresarial e mercantil, aprovada na Conae, preocupa entidades nacionais e regionais, como a Contee e o Sinpro/RS, visto que o novo PNE não sinaliza com nenhuma medida concreta frente a números expressivos como: 83,3% das instituições que atuam na educação tecnológica, 74,9% nos bacharelados e licenciaturas e 58% na educação profissional são do setor privado. A grande maioria dessas instituições é formada por faculdades (86,4%), centros universitários e empresas

1

Professora Doutora Carmem Craidy (Ufrgs/Faced), Encontro AESUFOPE, 09/05/11, PUCRS.

Apesar do impacto que pode causar ao planejamento estratégico do MEC, o PL parece não ser prioridade na agenda política do Executivo nem do Legislativo



educacionais como a Anhanguera Educacional S.A., com sede em São Paulo; Estácio Participações, controladora da Universidade Estácio de Sá, no Rio de Janeiro; a Kroton Educacional S.A., da Rede Pitágoras, com sede em Minas Gerais; e a Empresa SEB S. A., conhecida como “Sistema COC de Educação e Comunicação”, sede em São Paulo. Grande parte do capital destas empresas é oriundo de grupos estrangeiros, em especial bancos de investimento norte-americanos.

Mais de 4 milhões de brasileiros, nas diversas regiões do Brasil, participaram do debate sobre a educação nacional durante as instâncias municipais e estaduais da Conferência Nacional de Educação (Conae), envolvendo as conferências municipais e estaduais, concebendo a educação enquanto instrumento de desenvolvimento social e de soberania nacional. Neste debate, que parte do presente para apontar um novo futuro para a educação, o setor privado da educação foi incluído nas discussões e foi objeto de propostas aprovadas, apontando a necessidade de regulação do ensino privado como parte do Sistema Nacional Articulado.

Questões polêmicas

É importante destacar que algumas temáticas foram muito polêmicas e complexas – como a proposta de Sistema Nacional Articulado e do Financiamento já abordadas anteriormente –, mas, cabe destacar ainda, outras três questões

centrais nos debates da Conae que o PL 8035/2010 não acolheu nem incorporou em seu texto original. Abordaremos a seguir, de forma breve, tais questões polêmicas.

A primeira delas versa sobre a circulação do capital estrangeiro na educação e a participação desse capital no controle de instituições educacionais. O posicionamento das entidades representativas dos professores, dentre elas o Sinpro/RS, é pela proibição da circulação do capital estrangeiro e limitação em 30% quando houver esse tipo de investimento nas instituições. Essa limitação traduz o entendimento de que educação não é mercadoria e que o setor privado de educação deve ter hegemonia de capital nacional, visto que a experiência tem demonstrado que o custo da mercantilização é altíssimo, especialmente no que tange à queda da qualidade do ensino e à precarização das condições de trabalho de docentes e funcionários.

Concepção democrática

A democracia, enquanto um princípio fundante, epistemológico e pedagógico do processo de desenvolvimento educacional, constituiu-se numa segunda grande questão que suscitou acalorados debates. A democratização do processo de aprendizagem com base em uma concepção democrática de processo e de espaço de aprendizagem – na qual não é somente o professor que ensina –, com gestão democrática do ensino, deve ser assumida e praticada por

todas as instituições, de todos os níveis e modalidades, com efetiva participação da sociedade.

Em comunidades escolares e acadêmicas democráticas, a exemplo de regiões e sociedades democráticas, ocorrem maiores e melhores aprendizagens e relações educativas e sociais mais qualificadas. No segmento privado, a democratização não deve ser mais considerada como “ingerência descabida que afronta a garantia da livre iniciativa prevista no Código Civil e na Constituição”, mas como oportunidade de envolver e viabilizar a participação de pais, estudantes e educadores num processo que requer a mobilização permanente de todos.

Conquistar a participação da comunidade, especialmente dos professores, é uma forma de valorização e de formação do próprio educador, elemento estratégico que deve vigorar no novo PNE. São quase senso comum as manifestações de falta de profissionais em algumas áreas do conhecimento como Geografia, Matemática, Física e também em relação à baixa procura por Cursos de Licenciaturas pelos jovens. Isso demonstra a necessidade urgente de uma maior valorização do professor por meio da instituição de piso nacional, plano de cargos e salários e carreira digna. O conjunto da sociedade, desde o Estado até as Instituições de Ensino Superior – sejam universidades, centros universitários ou faculdades – formadoras de profissionais da educação, devem acreditar na oferta de Cursos de Formação de Professores, independentemente dos resultados contábeis,

[O novo PNE não sinaliza para a regulamentação do ensino privado, em especial o de caráter empresarial e mercantil, que preocupa a Contee e o Sinpro/RS e foi aprovada no Conae

Foto: Valter Campanato/ABr



Atualmente no país, 83,3% das instituições de ensino que atuam na educação tecnológica, 74,9% nos bacharelados e licenciaturas e 58% na educação profissional são do setor privado

pois a falta de professores afetará cada vez mais a qualidade da educação (inclusive nas demais áreas, como bacharelados e tecnólogos), pela ausência de bons e qualificados mestres. Sem professor bem formado, valorizado e respeitado, não teremos educação capaz de formar os cidadãos e profissionais em condições de conviver socialmente e produzir.

Valorização profissional

Outra questão a destacar é a valorização dos profissionais de educação, que deve ser encarada como elemento estratégico do novo PNE, pois há um consenso nacional de valorizar o professor e a educação. Governos, empresários, meios de comunicação, movimentos sociais, sociedade em geral, todos são unânimes na defesa de mais investimentos, melhores equipamentos e remuneração digna aos docentes. No entanto, quando o Executivo apresenta projetos de lei nesse sentido, a marca é de timidez e falta de ousadia.

Políticas públicas de incentivo às licenciaturas são importantes e bem-vindas, mas devem se somar a políticas de valorização do profissional em educação. Salários dignos para professores e técnicos administrativos, com planos de carreira, são também garantias de bons profissionais e mais qualidade na educação. Isso será o sinal para que os jovens se sintam desafiados a investir suas vidas e carreiras na edu-

cação. Nesse sentido, o piso deve ser implementado em todos os sistemas, União, estados e municípios, nas redes pública e privada de ensino.

Ao tratar da valorização do profissional em educação, duas questões são emblemáticas e necessitam de uma definição objetiva no PNE. A primeira delas é a obrigatoriedade de Planos de Carreira em todas as instituições educacionais e a segunda é o percentual de 1/3 da carga horária destinada às atividades extraclasse. Essas duas questões são tratadas na legislação educacional como se não existissem, no Brasil, instituições privadas de ensino. Esse setor, com toda a sua diversidade, importância e tamanho, deve estar abrigado por toda a legislação educacional que venha a ser estabelecida e não somente por parte dela. O PNE deve construir um único sistema, de forma articulada, no qual as exigências sejam para todos, incluindo o setor privado de educação.

O novo PNE não deve ser uma política de governo, mas um Plano de Estado e da sociedade. No momento em que estamos em um ciclo virtuoso de desenvolvimento e crescimento econômico, com inclusão social, prestígio e respeito da comunidade internacional, o novo Plano Nacional de Educação deve ser considerado como oportunidade ímpar para a história do Brasil. Tanto no sentido de demonstrar que a educação é direito e prioridade para todos, quanto para afirmar nossa soberania, inserção num mundo cada vez mais competitivo e para a construção de um presente e futuro dignos e justos para o povo brasileiro. ■

Referências bibliográficas

BRASIL, PL 8035 de 20 de dezembro 2010. Poder executivo. Aprova o Plano Nacional de Educação para o decênio 2011-2020 e dá outras providências

AMARAL, Nelson Cardoso. O novo PNE e o financiamento da educação no Brasil: os recursos como um percentual do PIB, 2011. (Apresentado no Seminário CNE em maio 2011 e Entrevista Ação Educativa maio 2011).

CRAIDY, Carmem. Palestra no AESUFOPE, 09/05/11, PUC RS.

CONAE 2010. Documento Final da Conferência Nacional de Educação: Construindo o Sistema Nacional Articulado de Educação: O Plano Nacional de Educação, Diretrizes e Estratégias de Ação. Brasília: MEC, 2010.

Por um meio ambiente laboral saudável

Luciane Lourdes Webber Toss

Advogada. Assessora Jurídica do Sinpro/RS. Mestrado em Ciências Sociais Aplicadas pela Unisinos e Doutoranda em Direito Público pela Universidad de Burgos, Espanha.

artigo

Em 2009, após uma pesquisa realizada pelo Departamento Intersindical de Estudos e Pesquisa de Saúde e dos Ambientes de Trabalho – DIESAT¹, o Sindicato dos Professores do Estado do Rio Grande do Sul (Sinpro/RS) notificou várias Instituições de Ensino no RS para verificar se estas direcionavam sua atenção para um meio ambiente de trabalho saudável aos professores.

Os resultados da pesquisa apontavam uma série de dados preocupantes: 10% dos entrevistados usam medicamentos para memória e 59% tiveram dificuldades para dormir nos últimos seis meses anteriores ao questionário.

Entre os problemas relacionados ao meio ambiente de trabalho, 59% apresentaram doenças físicas ou mentais, destes, 38% tiveram de se ausentar em virtude destes problemas pelo menos uma vez e 89% dos professores sentem dores frequente²

O esgotamento laboral foi apontado por 78% dos

entrevistados, sendo que 41% sentem-se frequentemente irritados no trabalho.

A legislação trabalhista brasileira criou mecanismos para conter ou minimizar problemas relacionados ao exercício do trabalho. É direito constitucional e de proteção internacional a manutenção de um meio ambiente saudável.

O Grupo de Trabalho denominado “Seguridad en el medio ambiente de trabajo”, formado pela Organização Internacional do Trabalho – OIT – atribui ao meio ambiente laboral que faça contenção de danos à saúde do trabalhador o status de direito fundamental:

“[...] o direito à segurança e à higiene no trabalho é também, num sentido amplo, um direito humano, tal como prevê o Pacto Internacional dos Direitos Econômicos, Sociais e Culturais das Nações Unidas, pois corresponde ao direito à vida e à integridade física das pessoas.”³

A importância do cumprimento das Normas Regulamentadoras do Ministério do Trabalho para a preservação da integridade dos professores

A legislação visa controlar problemas relacionados ao exercício do trabalho. É direito constitucional e de proteção a manutenção de um ambiente saudável

artigo

Por um meio
ambiente laboral
saudável

Na concepção de Celso Antonio Pacheco Fiorillo, meio ambiente do trabalho é o:

“[...] local onde as pessoas desempenham suas atividades laborais, sejam remuneradas ou não, cujo equilíbrio está baseado na salubridade do meio e na ausência de agentes que comprometam a incolumidade físico-psíquica dos trabalhadores, independente da condição que ostentem (homens ou mulheres, maiores ou menores de idade, celetistas, servidores públicos, autônomos etc.).”⁴

A legislação mais abrangente em relação a disposições sobre como deva ser o meio ambiente de trabalho, considerando questões objetivas, de acordo com os ramos de atividade e modos de produção são as Normas Regulamentadoras – NRs, publicadas pelo Ministério do trabalho.

Sendo assim, uma das formas de aferir se as Instituições de Ensino mantêm planos de contenção e redução de danos à saúde dos professores passa, obrigatoriamente, pela verificação do cumprimento das Nrs.

Normas Regulamentadoras - Conteúdo

Com o objetivo de ampliar as exigências de cuidados à saúde e segurança no trabalho, em 22 de dezembro de 1977 foi publicada a Lei 6.514 que alterou a redação da Consolidação das Leis do Trabalho – CLT (1943). A partir daí, foi introduzido à CLT o Capítulo V, Título II intitulado: Da Segurança e Da Medicina do Trabalho. As NRs – Normas Regulamentadoras – foram introduzidas no sistema normati-

vo trabalhista pela Portaria n. 3.214/78, emitida pelo Ministério do Trabalho, para regulamentar a Lei n. 6.514/77⁵. Hoje existem 33 normas regulamentadoras para trabalhadores urbanos e cinco para trabalhadores rurais⁶.

As NRs, relativas à segurança e medicina do trabalho, são de observância obrigatória pelas empresas privadas e públicas e pelos órgãos públicos da administração direta e indireta, bem como pelos órgãos dos Poderes Legislativo e Judiciário, que possuam empregados regidos pela Consolidação das Leis do Trabalho – CLT⁷. Isto quer dizer que as Instituições de Ensino devem observância às disposições constantes nesta legislação.

A norma regulamentadora um – NR1 - estabelece as responsabilidades do poder público e dos empregadores, tanto em relação ao cumprimento das demais NRs, quanto a processos e procedimentos que devem ser adotados para implementação de programas de saúde e medicina do trabalho.

Conforme a NR1:

“1.7 Cabe ao empregador:

- a) cumprir e fazer cumprir as disposições legais e regulamentares sobre segurança e medicina do trabalho;
- b) elaborar ordens de serviço sobre segurança e saúde no trabalho, dando ciência aos empregados por comunicados, cartazes ou meios eletrônicos;
- c) informar aos trabalhadores:
 - I. os riscos profissionais que possam originar-se nos locais de trabalho;

- II. os meios para prevenir e limitar tais riscos e as medidas adotadas pela empresa;
 - III. os resultados dos exames médicos e de exames complementares de diagnóstico aos quais os próprios trabalhadores forem submetidos;
 - IV. os resultados das avaliações ambientais realizadas nos locais de trabalho.
- d) permitir que representantes dos trabalhadores acompanhem a fiscalização dos preceitos legais e regulamentares sobre segurança e medicina do trabalho;
- e) determinar procedimentos que devem ser adotados em caso de acidente ou doença relacionada ao trabalho.”⁸

Todos os professores devem ser permanentemente informados acerca das diretrizes e procedimentos adotados pelas Instituições de Ensino acerca da proteção e contenção contra danos à sua saúde.

São de fundamental importância para cumprimento desta disposição legal que as Instituições observem, sobretudo a:

- a) NR 4 – Serviços Especializados em Engenharia de Segurança de Serviços Especializados em Engenharia de Segurança e em Medicina do Trabalho - SESMT;
- b) NR 5 – Comissão Interna de Prevenção de Acidentes – CIPA;
- c) NR 6 – Equipamentos de Proteção Individual – EPIs;
- d) NR 7 – Programa de Controle Médico e Saúde Ocupacional – PCMSO;
- e) NR 9 - Programa de Prevenção de Riscos Ambientais – PPRA e
- f) NR 17 – Ergonomia.

Aqui, nos deteremos na NR 7, responsável pelo programa médico ocupacional, e na NR 17, que estabelece a exigência de plano ergonômico nos espaços onde o trabalho é executado.

NR 7 – Programa de Controle Médico e Saúde Ocupacional – PCMSO

Esta Norma Regulamentadora estabelece que todos os empregadores (independentemente da quantidade de empregados), têm a obrigatoriedade de elaborar e implementar um programa de controle médico de saúde ocupacional (PCMSO) com o objetivo de promover e preservar a saúde de seus trabalhadores.

O PCMSO é um documento escrito que norteará as ações práticas do programa. A NR7 tem um conjunto de instruções ou indicações para se tratar e levar a termo o programa que ela manda instituir e executar.

Não é um programa isolado e que se basta a si mesmo. Ele deverá sempre levar em consideração o que dizem as demais normas regulamentadoras. Ou seja, se ao implementar a NR-9 (PPRA — Programa de Prevenção de Riscos Ambientais) for constatado que o trabalho em sala de aula possui risco de gerar doenças profissionais relacionadas à voz, por exemplo, o PCMSO determinará a realização de exames preventivos e de reestruturação da sala de aula: evitar o uso de giz que resseca as cordas vocais, utilizar equipamento de extensão da voz quando o número de alunos for expressivo, disponibilizar água potável para hidratação, dentre outras medidas.

É o PCMSO que determina quais os exames periódicos que devem ser realizados. Sabemos que, habitualmente, as Instituições de Ensino realizam seus exames anuais sem qualquer observância aos riscos ocupacionais dos professores.

Cabe lembrar que a NR9 (Programa de Prevenção de Riscos Ambientais) prevê que os exames devam ser direcionados à verificação de problemas de acordo com o modo como a atividade é executada, portanto, auscultar o coração e verificar a pressão arterial são insuficientes, tendo em vista os riscos relacionados à articulação, coluna vertebral e cordas vocais, que são típicos da atividade dos professores.

Os atestados de saúde ocupacionais (ASOs) devem estar no contexto do programa de controle de saúde ocupacional.

Para cada exame médico realizado dentro da rotina do PCMSO o médico emitirá o ASO em pelo menos duas vias. A primeira via ficará arquivada no local de trabalho do trabalhador e a segunda via será entregue ao professor⁹.

NR 17 – Ergonomia

Na pesquisa já citada, os 89% de professores que sentem dores frequentes as descrevem como: na cabeça 19%, nos braços 10%, nas mãos 5%, nas pernas e pés 17%, nos ombros 16%, nas costas 24%. Problemas relacionados à voz foram citados por 49% dos professores, sendo que 17% haviam perdido a voz frequentemente nos últimos seis meses. 44% dos professores têm doenças relacionadas aos músculos, ossos ou articulações; Tendinite 16%, Artrite 4%, Fibromialgia 2%, Bursite 7%, Outro 14%.

Nota-se que as doenças ocupacionais estão cada vez mais presentes no cotidiano dos professores. Nesses casos, a manutenção de um ambiente de trabalho sadio passa, principalmente, pela instituição de programas de prevenção. Isso porque, usualmente, os maiores fatores de risco encontram-se no próprio ambiente de trabalho em razão de mobiliário e equipamentos que obrigam a adoção de posturas incorretas durante a jornada, má iluminação, temperatura inadequada, ruídos excessivos, dentre outros.



Poucos professores sabem que a legislação trabalhista estabelece, com muito rigor, que o local de trabalho esteja devidamente equipado, considerando tanto o tipo e o desenvolvimento da atividade, quanto a prevenção contra acidentes e doenças ocupacionais.

A Norma Regulamentadora 17, estabelece parâmetros que permitem a adaptação das condições de trabalho às características psicofisiológicas dos trabalhadores, de modo a proporcionar um máximo de conforto, segurança e desempenho. As condições de trabalho, previstas na referida Norma, consideram inclusive os móveis, os equipamentos e as condições ambientais do posto de trabalho, bem como a organização deste trabalho.

Tal organização deve levar em consideração, dentre outros critérios, como o trabalho é executado, o tempo em que a execução é exigida, as determinações de conteúdo e o ritmo das tarefas. Para cumprimento da NR 17, cabe ao empregador realizar a análise ergonômica do trabalho e dos locais onde ele é executado. A Norma é especialmente interessante aos professores, porque dispõe sobre os critérios do mobiliário a ser utilizado no local de trabalho.

Diz a Norma que:

“Sempre que o trabalho puder ser executado na posição sentada, o posto de trabalho deve ser planejado ou adaptado para esta posição”¹⁰.

Bancadas, mesas, escrivaninhas e painéis devem proporcionar ao professor condições de boa postura, ter altura, assentos e encostos compatíveis com a conformação do trabalhador para evitar lesões lombares e articulares. O ambiente deve garantir que o professor não precise elevar a voz frequentemente, caso em que deveriam ser fornecidos microfones. Os equipamentos complementares de dação de conteúdos devem evitar lesões de carpo nos punhos ou das bursas nos ombros, tal como a substituição do giz por pincéis e do quadro negro por painéis ou a disponibilização de retroprojetores ou equipamentos afins. As cadeiras devem ter apoio para braços e pés, em alturas compatíveis com a do professor que a utilizar.

Não há como as Instituições de Ensino isentarem-se da observância de um local de trabalho ergonomicamente adequado.

Da atuação conjunta entre SINPRO/RS, MPT e MTE

Dentre as escolas denunciadas pelo Sinpro/RS em 2009 estão as que fazem parte da base de atuação dos Ministérios Públicos do Trabalho – MPT, em Santo Ângelo e Santa Maria.

Em Santo Ângelo, o procurador do Trabalho reuniu as escolas denunciadas e firmou um Termo de Ajustamento de Conduta – TACT. Este documento continha a obrigação destas escolas em constituir um programa de controle ocupacional que considerasse os graus de risco e locais de trabalho da atividade dos professores. Além disto, estabeleceu prazo para que as escolas elaborassem um Plano Ergonômico que privilegiasse a contenção de danos à saúde e de doenças profissionais.

Em Santa Maria, além de fiscalizar o cumprimento das normas regulamentadoras, MPT em conjunto com o Ministério do Trabalho e Emprego – MTE, elaboraram e implementaram nas escolas um plano ergonômico baseado na observação dos espaços físicos das instituições.

O plano, que alterou os espaços e equipamento de todas as escolas denunciadas, previu:

- a) substituição de equipamentos em sala de aula tais como mesas e cadeiras (observando cantos, altura e profundidade), mediante medição específica, incluindo apoio para os pés;
- b) providenciar sistema de áudio (microfones e caixas) para salas de aulas teóricas com mais de 40 cadeiras;
- c) providenciar retroprojektor, datashow ou similar para cada cinco salas de aula práticas ou teóricas (laboratórios);
- d) substituir quadros a giz, por pincéis anatômicos.

[Uma forma de aferir se as instituições de ensino mantêm planos de contenção e redução de danos à saúde dos professores é verificar o cumprimento das NRs

As escolas tiveram sessenta dias para se adaptar e providenciar todos os equipamentos e adequações necessárias.

Conclusões

Dentre os direitos fundamentais do trabalhador estão a proteção à vida e à integridade física e mental. Estes direitos no âmbito laboral se estabelecem com a preservação de um meio ambiente de trabalho adequado. A Constituição Federal Brasileira incluiu, dentre os direitos dos trabalhadores, o de ter reduzidos os riscos inerentes ao trabalho, por meio de normas de saúde, higiene e segurança (art.7º, XXII). Para tanto, estabelece como obrigatório que no sistema de saúde o meio ambiente do trabalho deva ser protegido (art.200, VIII)".

A proteção desse meio ambiente do trabalho se dá através de regras que permitam ao empregado uma atuação em local apropriado, que reúna condições que não tragam dano à sua saúde.

A adoção de políticas preventivas, através da participação dos professores em oficinas sobre o tema, da observância de regras de ergonomia, do fornecimento de equipamentos de proteção individual, a organização dos professores através das Comissões Internas de Prevenção de Acidentes – CIPAS, vem ao encontro de uma política de revalorização da saúde do professor.

O poder-dever de dirigir a prestação pessoal dos serviços responsabiliza o empregador pela adoção das medidas de ordem pública destinadas a manter a saúde e a segurança dos seus empregados. Por isso, importante que sejam proporcionados acompanhamento clínico e exames médicos relacionados a possíveis danos que os professores possam sofrer decorrentes da forma como o trabalho é executado. Um Programa de Prevenção de Riscos Ambientais e um Programa de Controle Médico de Saúde Ocupacional deve considerar:

- controle médico ocupacional do aparelho fonador, das articulações superiores e da coluna vertebral, pelo menos uma vez ao ano (ASO específico);
- avaliação clínica específica, caso haja indicação, para educadores que apresentem sinais de stress, fadiga emocional ou sofrimento laboral;
- capacitação ergonômica para os professores a fim de evitar comprometimento do aparelho fonador – sinais e sintomas -, com comprovante de capacitação para a instituição com especificação de conteúdo e carga horária e identificação dos responsáveis pela capacitação;
- capacitação ergonômica para os professores a fim de evitar comprometimento da coluna vertebral e mem-

artigo

Por um meio
ambiente laboral
saudável

bro superiores – sinais e sintomas –, com comprovante de capacitação para a instituição com especificação de conteúdo e carga horária e identificação dos responsáveis pela capacitação;

- para professores de laboram em laboratórios de química, física e biologia, em contato com agentes insalubres, a utilização obrigatória de EPIs;
- substituir a escrituração dos cadernos de chamada pelos professores por auxiliares de administração escolar (trabalho de secretaria).

A intenção do legislador, ao erigir a status constitucional a prevenção de doenças e acidentes, foi a de conferir maior eficácia às normas já existentes, para evitar a grande incidência de moléstias laborais e assim, além de proteger o empregado, individualmente considerado, também diminuir os custos sociais causados pelo prematuro afastamento do trabalho. ❧

Os professores devem ser informados acerca das diretrizes e procedimentos adotados pelas instituições em relação à proteção e contenção de danos à saúde

Notas

1 Dados e especificidades da Pesquisa podem ser obtidos no endereço eletrônico: http://www.sinprors.org.br/pesquisa/pdf/pesquisa_prof.pdf

2 In: http://www.sinpro-rs.org.br/pesquisa/pdf/pesquisa_prof.pdf

3 ROCHA, Júlio César de Sá da. *Direito ambiental e meio ambiente do trabalho*. Dano, prevenção e proteção jurídica. São Paulo: LTr, 1997, p. 30.

4 FIORILLO, Celso Antonio Pacheco. *Curso de direito ambiental brasileiro*. 5. ed. São Paulo: Saraiva, 2004. p. 22/23.

5 MORAES, Giovani Araújo. *Legislação de Segurança e Saúde Ocupacional – Normas Regulamentadoras do Ministério do Trabalho e Emprego*. 1ª Edição. Rio de Janeiro: Gerenciamento Verde, 2006

6 GARCIA, Gustavo Filipe Barbosa. *Segurança e Medicina no Trabalho*. São Paulo: Método, 2007.

7 http://portal.mte.gov.br/data/files/FF8080812BE914E6012BEF0F7810232C/nr_01_at.pdf.

8 Idem.

9 O ASO (Atestado de Saúde Ocupacional) deve conter os seguintes dados, no mínimo (veja um modelo bastante simples no anexo 2): a) nome completo do trabalhador, o número de registro de sua identidade e sua função; b) os riscos ocupacionais específicos existentes, ou a ausência deles, na atividade do empregado, conforme instruções técnicas expedidas pela Secretaria de Segurança e Saúde no Trabalho — SSST; c) indicação dos procedimentos médicos a que foi submetido o trabalhador, incluindo os exames complementares e a data em que foram realizados; d) nome do médico coordenador, quando houver, com respectivo CRM; e) definição de apto ou inapto para a função específica que o trabalhador vai exercer, exerce ou exerceu; f) nome do médico encarregado do exame e endereço ou forma de contato; g) data e assinatura do médico encarregado do exame e carimbo contendo seu número de inscrição no Conselho Regional de Medicina.

10 <http://www.guiatrabalhista.com.br/legislacao/nr/nr17.htm>

11 In: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constitui%C3%A7ao.htm.

Referências bibliográficas

CONSTITUIÇÃO FEDERAL REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL, In: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constitui%C3%A7ao.htm.

FERNANDES, Fábio de Assis. *A CONSTITUIÇÃO DE 1988 E O MEIO AMBIENTE DO TRABALHO. O PRINCÍPIO DA PREVENÇÃO NO MEIO AMBIENTE DO TRABALHO. MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO E O LICENCIAMENTO AMBIENTAL. ESTUDO PRÉVIO E RELATÓRIO DE IMPACTO AMBIENTAL. AUDIÊNCIA PÚBLICA. CIPA E OS PROGRAMAS DE PREVENÇÃO E CONTROLE DA SAÚDE E SEGURANÇA DO TRABALHADOR*. Juris Síntese nº 73 - SET/OUT de 2008, São Paulo.

FIORILLO, Celso Antonio Pacheco. *Curso de direito ambiental brasileiro*. 5. ed. São Paulo: Saraiva, 2004. p. 22/23.

GARCIA, Gustavo Filipe Barbosa. *SEGURANÇA E MEDICINA NO TRABALHO*. São Paulo: Método, 2007.

GUIA TRABALHISTA, In: <http://www.guiatrabalhista.com.br/legislacao/nr/nr17.htm>.

MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO, In: http://portal.mte.gov.br/data/files/FF8080812BE914E6012BEF0F7810232C/nr_01_at.pdf.

MORAES, Giovani Araújo. *LEGISLAÇÃO DE SEGURANÇA E SAÚDE OCUPACIONAL – NORMAS REGULAMENTADORAS DO MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO*. 1ª Edição. Rio de Janeiro: Gerenciamento Verde, 2006.

OLIVEIRA, Sebastião Geraldo. *Proteção jurídica à saúde do trabalhador*. 4. ed. São Paulo: LTr, 2002

ROCHA, Júlio César de Sá da. *Direito ambiental e meio ambiente do trabalho*. Dano, prevenção e proteção jurídica. São Paulo: LTr, 1997.

SINDICATO DOS PROFESSORES DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL – SINPRO/RS In: http://www.sinprors.org.br/pesquisa/pdf/pesquisa_prof.pdf

artigo

Bruno Miragem
Doutor em Direito.
Professor da
Faculdade de Direito
do Ministério Público.
Advogado.

Filantropia e benefício fiscal na educação

Reiteradas vezes o tema da filantropia das instituições que atuam no ensino privado ou na prestação dos serviços de saúde assalta o debate público, em geral no contexto de escândalos de descumprimento das exigências legais ou desvio de recursos que originalmente devem ser aplicados em fins de interesse comum. Também não é incomum os gestores de instituições privadas reclamarem do alegado fardo que representa o atendimento às exigências da lei para fazer jus ao benefício fiscal decorrente da sua qualificação como filantrópica. Em comum, estas situações não raras vezes contribuem com uma sensação de ineficiência do sistema de filantropia no Brasil. Esta, contudo, pode ser uma conclusão apressada, e por isso mesmo desconsiderar diversos aspectos da filantropia na experiência brasileira.

A história da filantropia no Brasil está intimamente ligada, na sua origem, à atuação da Igreja Católica e das organizações, laicas ou não, que se desenvolveram com distintos níveis de sua participação institucional. Mais recentemente, ao lado de organizações de orientação religiosa, também no âmbito empresarial vem se desenvolvendo iniciativas de assistência social, inspiradas no exemplo dos Estados Unidos em que a filantropia é uma

atividade consolidada historicamente, e das noções de responsabilidade social, em voga nas empresas. Observe-se que no tocante à prestação dos serviços de educação e saúde, a experiência brasileira aparta-se da norte-americana justamente pelo grau de dependência que ainda hoje detém de recursos advindos do Poder Público. Portanto, não se pode falar necessariamente de um setor inteiramente privado, em que é defesa a intervenção do Estado.

Obrigações legais

Nos setores de serviços de educação e saúde, a noção de filantropia, em seu sentido legal, abrange entidades beneficentes de assistência social, que assumem com o Estado determinados compromissos objetivos relativos à sua área de atuação, no sentido de que sua atividade reverte diretamente em favor de parcela da população. Em troca disto, a entidade beneficente faz jus à isenção de pagamento da quota de 20% com a qual os empregadores devem contribuir sobre a folha de salários dos empregados, do percentual de 1% a 3% também incidente na folha de salários para custear a aposentadoria especial dos

Para fazer jus à certificação, as IES privadas devem comprovar o investimento de 20% da receita de mensalidades na oferta de ensino gratuito

Foto: Stock.XCHNG

artigo

Filantropia e benefício fiscal na educação

empregados expostos a situações de risco, bem como de percentual sobre o faturamento, todas parcelas destinadas ao orçamento da seguridade social. O princípio que orienta a isenção destas contribuições às entidades filantrópicas é simples: constituem estímulo a que estas entidades assumam diretamente ações em benefício da sociedade, mediante aplicação dos recursos de que o Estado abre mão de recolher ao erário.

Na realidade, contudo, foram muitos os fatos divulgados nas últimas décadas de que as entidades que gozam do benefício da filantropia, ao mesmo tempo em que faziam uso dos benefícios que esta condição lhes assegura, não atendiam às obrigações previstas na legislação. No caso das instituições que prestam serviços de saúde qualificadas como filantrópicas, há obrigação de destinação de percentual de no mínimo 60% dos seus serviços gratuitos, no âmbito do Sistema Único de Saúde. Não raras vezes o número de pacientes internados pelo SUS em hospitais filantrópicos não respeita o mínimo legal, mediante concorrência indevida entre estes pacientes mais pobres e outros filiados a convênios médicos ou mesmo que se dispõem a pagar pelo serviço da instituição.

No caso das instituições de ensino privado qualificadas como filantrópicas, sua obrigação relaciona-se com a oferta de bolsas de estudo para alunos carentes, de modo a permitir o acesso à educação custeando diretamente, com os recursos que o Estado abre mão de arrecadar, a educação daqueles que não tenham condições de pagar. E foi justamente neste ponto que, historica-

mente, a ausência de controle sobre o atendimento destas condições impostas por lei para fazer jus ao benefício da filantropia, permitiu a adoção de concessão de bolsas de estudo e sua contabilização sem um processo transparente de seleção de interessados e a aferição do efetivo cumprimento das obrigações fixadas em lei. Da mesma forma, em muitas oportunidades a concessão de bolsas de estudo confundiu-se indevidamente com a concessão de bolsas parciais, que a par de conceder benefícios aos estudantes, mais se assemelhavam a uma política de descontos para captação de novos alunos do que propriamente a uma ação assistencial como pretende a legislação.

Benefícios sociais

Daí porque as inovações legislativas dos últimos anos sobre a filantropia, ao mesmo tempo em que ampliam os benefícios que devem ser oferecidos pelas instituições de ensino privado aos estudantes, parecem trazer regras mais claras para controle da sua concessão. O que nunca é demais lembrar, implicam no uso de recursos que deveriam ser recolhidos ao Erário, mas não o são justamente para que possam ser investidos diretamente na concessão de benefícios aos mais carentes.

Como regra, as instituições de ensino privado, para fazerem jus à certificação como filantrópicas, devem comprovar a aplicação em oferta de ensino gratuito de 20% dos valores arrecadados com mensalidades escolares. A Lei Federal 12.101, de 2009, determinou critérios objetivos para que se verifique o atendimento destas obrigações. Para as que atuam com ensino básico, é obrigatória a concessão de, no mínimo, uma bolsa integral a cada nove estudantes. Admite-se bolsas parciais, e apenas quando o desconto for de no mínimo 50%, se necessárias para completar o percentual definido por lei. Da mesma forma, a lei põe limite às despesas que podem ser contabilizadas para efeito de reconhecer a aplicação do percentual definido em gratuidade, especialmente o valor destinando a ações assistenciais, auxílios aos bolsistas, transporte, uniforme e material didático, dentre outros, até o montante de 25% do valor total a ser utilizado em gratuidade.

E existem outras medidas cuja implementação contribui para a transparência e igualdade na distribuição destes benefícios públicos pelas instituições de ensino

Foto: Stock.XCHNG



[Não raro, benefícios custeados pelo poder público eram distribuídos mediante critérios arbitrários e à conveniência de dirigentes de entidades

privado. A partir da Lei 12.101/2009, como regra, a bolsa de estudo integral será concedida apenas ao aluno com renda familiar mensal de até um salário mínimo e meio, e a bolsa parcial àqueles com renda familiar mensal de até três salários mínimos. Esta providência, por si só, recoloca o sentido próprio da noção de filantropia a partir de incentivos públicos, cujos benefícios devem ser usufruídos pelos alunos que efetivamente devem ser assistidos ou, como é o caso, mediante benefício custeado pelo Poder Público (pela via da isenção fiscal), mas oferecido diretamente pela instituição de ensino privado.

Filantropia e caridade

A ideia parece ser a de dar um basta a uma realidade de privatização de benefícios públicos. Ou seja, de que estes benefícios que deveriam ser ofertados em igualdade de condições a todos, uma vez custeados pelo Erário, na prática eram distribuídos, muitas vezes, mediante critérios arbitrários e à conveniência dos dirigentes das entidades beneficiadas com a certificação de filantropia. Registre-se que o Decreto 7.237, de 2010, que regulamenta o procedimento de certificação, passa a exigir que a concessão de bolsas de estudo para fins de cômputo da gratuidade se dê por intermédio de sistema eletrônico disponibilizado pelo Ministério da Educação, o que favorece a igualdade de acesso da população aos benefícios sociais da filantropia.

Neste particular é importante examinar com atenção o tema da filantropia no Brasil. Qualquer análise séria sobre o tema deve prevenir-se em dissociar as noções de filantropia e caridade, frequentemente relacionadas desde a origem da expressão, ainda na civilização romana. Neste sentido, se completam as noções de

filantropia e caridade, como ideias de amor e cuidado com o outro, com o homem. Em termos jurídicos, contudo, filantrópicas são as instituições que recebem o certificado de filantropia, mediante atendimento de certos requisitos que, durante longo tempo, foram de competência do Conselho Nacional de Assistência Social – CNAS. É de notar, portanto, que não é mais ou menos comprometido com iniciativas assistenciais quem detenha o certificado de filantropia. A certificação como entidade beneficente de assistência social significa apenas que a instituição em questão assume determinadas obrigações mensuradas objetivamente, com a finalidade de obter um benefício fiscal mediante renúncia de determinadas receitas pelo Estado, relativas a contribuições para a seguridade social.

Lembre-se, neste particular, que grande parte dos escândalos envolvendo irregularidades relativas à certificação da filantropia estiveram ligados, ao longo do tempo, a uma suposta dificuldade de acesso das instituições ao CNAS e aos procedimentos para obtenção do benefício. A partir destas dificuldades, não tardou em surgir quem se dispusesse a promover facilidades, daí surgindo os fatos noticiados pela imprensa, nas últimas décadas, sobre denúncias de corrupção e toda sorte de desvios éticos e legais. Por essa razão se deve destacar que a nova legislação promulgada em 2009 avança positivamente no sentido de oferecer maior transparência e controle na certificação da filantropia, bem como na aferição quanto ao atendimento às condições para sua manutenção. Agora, por exemplo, não mais o CNAS detém a competência exclusiva para certificação.

Nas instituições cujas atividades estejam vinculadas à saúde e à educação, deu-se aos ministérios das respec-

tivas áreas a competência para avaliar o atendimento das condições previstas em lei e promover a certificação. Isto tem duas vantagens evidentes: de um lado, confere a quem tem conhecimento técnico da área de atuação da instituição assistencial, a aferição sobre o atendimento das condições previstas por lei para aquela área; por outro lado, associa de forma mais consistente o uso de recursos públicos (tome-se aqui recursos públicos, porque resultado de isenção de contribuições que reverteriam em favor do Erário) às políticas públicas empreendidas pela União nas áreas de saúde e educação.

Estas providências, é bom registrar, têm a virtude de atacar uma compreensão flagrantemente equivocada de que a atuação das instituições filantrópicas seria desinteressada e eminentemente privada, portanto insuscetível de compromissos com o Poder Público e as diretrizes que este impõe às políticas públicas governamentais. Ora, uma vez beneficiadas por isenção fiscal, associam-se a um compromisso com as finalidades para as quais é concedido o benefício, no amplo quadro dos objetivos permanentes do Estado.

Universidade para todos

Um bom exemplo disso é o processo a que se submetem as instituições de ensino superior, cuja qualificação como entidade beneficente de assistência social só será considerada se atender aos termos do Programa Universidade para Todos (ProUni), instituído pela Lei 11.096, de 2005. Neste caso, embora se mantenha a proporção de uma bolsa de estudos integral para cada nove alunos matriculados (sem prejuízo da concessão de bolsas parciais), o percentual a ser aplicado nesta finalidade será de 20% calculado não mais sobre as receitas com mensalidades escolares, mas sim em relação à receita bruta, entendida como a proveniente da venda de serviços, acrescida da receita decorrente de aplicações financeiras, de locação de bens, de venda de bens não integrantes do ativo imobilizado e de doações particulares.

A natureza das atividades das instituições de ensino superior não passa despercebida ao legislador, que com isso pretendeu adequar proporcionalmente o benefício fiscal concedido à diversidade de fontes de financiamento abertas a estas instituições. No caso do ProUni, contudo, observe-se que a renúncia fiscal é mais abrangente, produzindo desoneração mais expressiva do que a certificação geral prevista na Lei 12.101/2009. A ade-

são ao ProUni, pois, faz com que o Poder Público isente as instituições de ensino superior do pagamento do imposto de renda, da contribuição social sobre o lucro líquido, da contribuição social para financiamento da seguridade social e daquela devida ao Programa de Integração Social (PIS). Portanto, a quase totalidade dos tributos e contribuições recolhidos pela União.

Parece claro que as novas regras para concessão de favores fiscais a entidades beneficentes de assistência social implantadas nos últimos anos, ao tempo em que se colocam no sentido de democratização do acesso aos serviços oferecidos pelas instituições beneficiadas, contemplam parcelas mais largas da população e promovem maior transparência na destinação dos recursos públicos. E por serem públicos é que a destinação destes recursos se submete ao dever de transparência que informa a atuação do Poder Público.

Isonomia e transparência

Neste sentido é que a legislação passou a exigir a adoção de instrumentos que permitam o acompanhamento do processo de certificação pela internet, bem como a disponibilização em rede das informações de cadastro das entidades beneficiadas, disponível para consulta pública. E de modo a aferir a correção dos dados informados pelas instituições beneficiadas, em relação àquelas de maior receita, há obrigação de auditoria periódica realizada por auditor independente, que ateste a receita declarada e o cumprimento das obrigações contratadas com o Poder Público. Da mesma forma, na hipótese de atuação da mesma instituição em várias áreas de atividade, há exigência de que a contabilidade seja segregada, de modo a permitir maior objetividade nas informações divulgadas.

Não resta dúvida, portanto, sobre os efeitos positivos das recentes inovações legislativas na concessão de benefícios fiscais às instituições privadas assistenciais, em especial na área da educação. Aliam a garantia de maior isonomia no acesso de interessados aos benefícios públicos decorrentes de isenções fiscais e a transparência no cômputo e aplicação dos recursos públicos, que deixam de ser arrecadados visando sua aplicação direta, pela instituição privada, nas finalidades que cabe ao Estado atender. Aí está, no plano da associação de esforços entre instituições de ensino privadas e o Poder Público, o verdadeiro sentido do negócio. ▀

NORMAS PARA APRESENTAÇÃO DE ENSAIOS

- **Os artigos técnico-científicos deverão versar sobre o professor** e o mundo da escola privada, a institucionalidade educacional e sua dinâmica política e gerencial.
- **Os ensaios deverão versar sobre pesquisa científica realizada** por professores, em diferentes áreas da ciência.
- **No caso de artigos técnico-científicos, os originais deverão ter** um mínimo de 4 páginas (7 mil caracteres) e no máximo 6 páginas (12 mil caracteres).
- **No caso de ensaios científicos, os originais deverão ter no** mínimo 8 páginas (22.200 caracteres) e no máximo 12 páginas (28.800 caracteres).
- **O texto deverá ser precedido do título, do nome e da titulação** principal do autor, um resumo de aproximadamente 8 linhas, compreendendo os conceitos e as conclusões principais do artigo e palavras-chave do texto.
- **Ao texto deverá ser anexada ficha, incluindo telefone, e-mail,** endereço e um currículo abreviado do autor.
- **As referências bibliográficas deverão ser colocadas no final do** artigo e obedecerão à ordem alfabética, em conformidade com a norma NBR-6023 da ABNT.
- **A citação (NB-896), no corpo do texto, deverá aparecer entre** aspas, sugerindo-se o nome do autor ou autores, data da publicação e o número da página referenciada entre parênteses, separados por vírgula.
- **Os gráficos não devem ser incluídos no texto, mas em folhas** isoladas, anexas ao texto.
- **Os trabalhos enviados serão apreciados pela Comissão** Editorial e por especialistas. O autor receberá comunicação relativa aos pareceres emitidos.
- **A Revista Textual permite-se fazer pequenas alterações no** texto: no caso de modificações substanciais, elas serão sugeridas ao autor, que providenciará a devida revisão.
- **A Revista Textual não se responsabiliza pelos conceitos** emitidos em matéria assinada a que dê publicação.
- **Os ensaios e artigos devem ser enviados** por e-mail (textual@sinprors.org.br) no formato .doc gerados a partir do editor de texto Microsoft Word ou equivalente.
- **Os direitos autorais dos artigos ficam reservados ao Sindicato** dos Professores do Ensino Privado do Rio Grande do Sul – Sinpro/RS, condicionando-se sua reprodução integral à autorização expressa e as citações eventuais à obrigatoriedade de citação da autoria e da Revista Textual.
- **Em princípio, não são aceitas colaborações que já tenham sido** publicadas em outras revistas brasileiras ou estrangeiras.
- **Fotos que acompanham artigos ou ensaios devem ser** fornecidas com tamanho mínimo de 21 cm de largura com resolução de 300 dpi.

textual
R E V I S T A

Revista Textual

Av. João Pessoa, 919 – Porto Alegre - RS – CEP 90040-000

Fone: (51) 4009.2980 – e-mail: textual@sinprors.org.br

www.sinprors.org.br/textual

www.sinprors.org.br/textual



UMA EDIÇÃO
SINPRO/RS

SINPRO/RS
Sindicato Cidadão